

**OPORTUNIDADES DE FOMENTO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO  
DIANTE DOS CONTORNOS DE UMA CRISE MUNDIAL DE ALIMENTOS:  
REPERCUSSÕES PARA O RIO GRANDE DO NORTE NO COMÉRCIO  
INTERNACIONAL.**

**Ana Letícia Pinto Raulino**

Graduada em Tecnologia em Comércio Exterior pelo Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: analeticia7@hotmail.com

**Elisângela Cabral de Meireles**

Graduada em Ciências Econômicas-UFRN, esp. em Economia Regional, Comércio  
Exterior e Globalização-UFRN, mestre em Administração (Gestão e Políticas Públicas)  
UFRN, Professora do IFRN (Comércio Exterior e Economia) e Professora Orientadora da  
Base de Pesquisa “Análise do Mercado Exportador do Rio Grande do Norte (IFRN).  
E-mail- elisangela@cefetrn.br

---

**RESUMO**

A globalização tem fomentado as relações comerciais em âmbito global, gerando necessidade dos países adotarem políticas que regulamentem as referidas práticas. Nesse contexto, destaca-se a discussão polêmica em torno do comércio de commodities agrícolas, dada a divergência de interesses entre países em desenvolvimento, principalmente os de grande capacidade produtiva como o Brasil, que tem no agronegócio a base de sua competitividade, e países desenvolvidos, interessados em fortalecer sua produção. O presente estudo, desenvolvido por meio de pesquisa exploratória descritiva, a partir de dados secundários, avalia o reflexo da crise de alimentos nessa discussão, tendo por objetivo identificar potencialidades de crescimento do agronegócio brasileiro e, especificamente, do Rio Grande do Norte. Concluiu-se, por fim, a indubitável vocação do país e do estado Potiguar para o desenvolvimento pautado no setor primário, com capacidade de expansão da produção e demanda no cenário mundial. Contudo, deve-se atentar para questões como a falta de investimento público e os altos subsídios concedidos pelos países desenvolvidos que ainda atuam como entraves para a plenitude do desenvolvimento do setor.

**Palavras-Chave:** Globalização, *Commodities*, agronegócio brasileiro e Crise de alimentos.

**RAISING OPORTUNITIES FROM BRAZILIAN'S AGROBUSSINESS ON THE  
COUNTOURS OF A GLOBAL FOOD CRISIS: REPERCUSSIONS FOR THE RIO  
GRANDE DO NORTE IN THE INTERNATIONAL TRADE.**

**ABSTRACT**

Globalization has raised the commercial relationship in global territory, creating in the countries the need of statutory politics to the said practices. In this context, the polemic controversy around the trading of agribusiness commodities stands out, given the interest divergence among the developing countries, mainly those that have a great productive capacity as Brazil, that has agribusiness as it competitive base, and to developed countries that are interested in fortifying their production. The present study, developed by an exploratory descriptive research, from secondary data, access the food crisis reflection in

this discussion, having as its goal identify the Brazilians agribusiness growing potentials and specifically from Rio Grande do Norte. It was concluded, at last, the country's and potiguar state's unquestionable vocation for the based development in the primary sector, with the production expands capacity and demands on the world's scene. However, it should be noted the questions like the lack of public investments and the high subsidies given by the developed countries that still act as barrier to the full sector development.

**KEY-WORDS:** Globalization, commodities, brazilian agribusiness and Food crisis.

**OPORTUNIDADES DE FOMENTO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO DIANTE  
DOS CONTORNOS DE UMA CRISE MUNDIAL DE ALIMENTOS:  
REPERCUSSÕES PARA O RIO GRANDE DO NORTE NO COMÉRCIO  
INTERNACIONAL.**

**INTRODUÇÃO**

O presente estudo tem por objetivo avaliar o potencial agro-exportador brasileiro a partir dos aspectos facilitadores e limitantes desse contexto, especificamente, avaliar a influência das relações geopolíticas brasileiras no setor agrícola-exportador, a influência da crise de alimentos na balança comercial brasileira, bem como compreender a dinâmica exportadora do Rio Grande do Norte, sobretudo no que se refere à participação agrícola.

A tendência voraz da globalização impacta, com grande relevância, nas relações de comércio exterior, haja vista que tal fenômeno vem permitindo a migração dos mercados nacionais para os internacionais, e assim, culminando na dinamização e integração das economias mundiais. O processo de internacionalização da produção, que avançou substancialmente a partir dos anos 80, vem intensificando a concorrência em escala mundial, conforme propõe Lacerda (1999). De tal forma, os países empenham-se, paulatinamente, no desenvolvimento de mecanismos que venham a incrementar as relações comerciais com outras nações consolidando-os diante da conjuntura econômica global.

Nesse cenário, o comércio agrícola internacional vem sendo discutido com uma ênfase nunca vista em toda história econômica. O crescimento dos fluxos internacionais de produtos primários originados dos países em desenvolvimento com destino aos países desenvolvidos tem possibilitado uma maior participação daqueles na renda mundial, contudo, tal fato confronta com o interesse dos países desenvolvidos em fortalecer a produção e exportação de seus produtos primários, intuito para o qual valem-se da adoção de políticas que estimulem seus produtores, através da concessão de altos subsídios, o que acaba por penalizar de forma profunda o comércio agrícola dos países em desenvolvimento.

Desde o início da evolução das relações de comércio entre as nações, vários organismos surgiram empenhados na regulamentação e na busca de equidade nas referidas práticas. As primeiras instituições com tal intuito foram criadas a partir da Conferência de Bretton Woods, em 1944, que teve como um dos principais resultados o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), cujo objetivo era dirimir impasses entre os países, visando a redução

de barreiras, e assim, fortalecer o comércio mundial. Mais tarde, o GATT deu origem à Organização Mundial de Comércio (OMC), mudando os rumos do comércio internacional.

Desde então várias rodadas de negociações vêm ocorrendo na tentativa de parametrizar a crescente interdependência entre países, especificamente, no que se refere ao âmbito agrícola, dados os conflitos de interesses entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o que torna a questão uma das mais sensíveis nas negociações internacionais.

Atualmente surge ainda nesse contexto, o agravante de uma crise que tem elevado o preço dos alimentos em todo o globo. Os valores dos principais produtos que compõe a alimentação básica mundial alcançaram o maior custo dos últimos 50 anos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO, 2008). O mundo está assistindo a uma inflação dos preços dos alimentos de dimensões preocupantes e com repercussões na segurança alimentar do planeta, o número de famintos no mundo saltou de 830 milhões para mais de 1 bilhão de pessoas em pouco mais de um ano (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO, 2008). Tal crise coloca em discussão o modelo mundial de produção e abastecimento de alimentos e exige uma reflexão séria e responsável. Diante da atual situação, urge a necessidade de se analisar mais enfaticamente a forma como tem se estruturado a dinâmica comercial no âmbito do agronegócio brasileiro, dada sua crescente e incessante internacionalização, bem como sua relevância, visto que vem proporcionando cada vez mais empregos, renda, divisas e desenvolvimento, cabendo ainda enlevar os atuais impasses que circundam o setor.

O estudo justifica-se, pois, pela grande inquietação gerada diante do assunto em pauta, bem como forma de identificar as potencialidades de fomento da participação brasileira, especificamente do estado do Rio Grande do Norte, no mercado mundial. Academicamente, a pesquisa constitui-se relevante ao elencar fatores que levam a reflexão na busca de respostas acerca dos fatores influentes no atual cenário, o qual revela a necessidade de colocar-se em evidência a questão agrícola no amplo universo do comércio internacional. Aproximando a realidade da crise à economia agrícola brasileira, o estudo dá oportunidade para que se conheçam as relações existentes, o que permite identificar potencialidades de crescimento, possibilitando envidar esforços nesse sentido. Com esse referencial, a presente pesquisa proporciona a sociedade acadêmica informações acerca do segmento da economia brasileira em mais notável e paulatino desenvolvimento. A proposta do estudo é, portanto, contribuir para fomentar e impulsionar este vital setor da economia do país.

Visando atender aos objetivos propostos, o estudo realizou-se por meio de pesquisa exploratória descritiva, onde foram utilizados dados secundários e tomado por contexto o Brasil inserido no mercado internacional, delimitado pelo recorte temporal pós-Rodada do Uruguai, estendendo-se até o momento atual, no que concerne aos reflexos advindos de uma Crise Mundial de Alimentos. Segundo Churchill (1987), esse tipo de pesquisa objetiva conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir para modificá-la. Malhotra (2001) propõe como objetivo principal a exploração de uma situação, com intuito de prover critérios de compreensão do problema. Dessa forma, os dados extraídos das bibliografias consultadas foram descritos e analisados, proporcionando maior familiaridade com o problema do estudo. Foram utilizadas, ainda, com tal intuito, informações estatísticas dos

ministérios brasileiros e das organizações internacionais que tratam das questões influentes no comércio agrícola mundial.

Dentro da perspectiva de Brasil potência agro-exportadora, engendram-se as oportunidades de fomento para o país, e, por conseguinte, o Rio Grande do Norte, dada a forte influência agrícola-exportadora, o que configura a grande capacidade produtiva, tanto em âmbito nacional, como regional.

Não obstante a alta de preços dos alimentos tenha efeito desastroso para países importadores, especialmente os menos desenvolvidos, abre uma oportunidade excepcional para grandes países produtores. Para o Brasil, apesar da grande pressão inflacionária, mais que evitar o crescimento da fome, o desafio é aproveitar a oportunidade para consolidar-se como grande fornecedor mundial de alimentos. Uma vez que a história econômica brasileira tem fortes raízes junto ao agronegócio, dado o conjunto de fatores que configuram a grande capacidade de operar em larga escala no comércio agrícola internacional.

Diante desse contexto surge a oportunidade de elucidar a seguinte problemática: quais as oportunidades de fomento do comércio agrícola internacional brasileiro, observadas as repercussões para o RN, dado o cenário de uma crise mundial de alimentos?

## **CONJUNTURA E PERSPECTIVAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**

O fenômeno de globalização da economia tem derrubado fronteiras e definido uma nova ordem para a gestão dos negócios em todos os segmentos, impondo também ao agronegócio brasileiro uma revisão completa de suas práticas e conceitos. Soma-se a esse cenário, o surgimento de uma crise que tem inflacionado mundialmente os preços dos gêneros alimentícios, o que acentua os desafios para esse setor de destaque na economia do país, conhecido por seu grande potencial e pelas oportunidades em diversas áreas como biocombustíveis e gestão ambiental.

A seguir, desenham-se os contextos nacionais e internacionais em que se inserem o agronegócio brasileiro, de modo a possibilitar a compreensão dos fatores influentes na conjuntura nacional e as perspectivas do setor.

## **PANORAMA DO COMÉRCIO MUNDIAL: PRINCIPAIS ASPECTOS**

A estrutura da economia mundial tem apresentado nas últimas décadas dois processos aparentemente contraditórios: de um lado, a globalização da economia, com a crescente internacionalização da produção; e, de outro lado, a regionalização, com a estruturação de blocos econômicos regionais, estabelecidos por acordos entre Estados com finalidade de firmar relações comerciais e eliminar barreiras. Embora aparentemente contrários, esses dois fenômenos se complementam, pois ambos confluem para a integração entre economias e blocos através de progressiva retirada de entraves ao livre comércio, na perspectiva de uma economia mundial cada vez mais interligada.

Regionalização e globalização são dois processos simultâneos que estão ocorrendo no mundo atual (PRAXEDES; PILETTI, 1997). Enquanto a globalização consiste no processo de dissolução das fronteiras entre os países, para facilitar a atuação das empresas transnacionais, a regionalização consiste na formação de blocos regionais, para defender as empresas já instaladas na região, contra a concorrência de empresas de outras regiões ou países.

A globalização e seus impactos têm sido os elementos propulsores da nova dinâmica de desenvolvimento econômico mundial. A questão da extrapolação do comércio para além das fronteiras nacionais vem ganhando dimensão no debate sobre alternativas de desenvolvimento comercial. Vista como ensejadora de uma crescente interdependência entre países, a globalização pode entendida, de acordo com Caldas e Amaral (1998), como um processo de gradual eliminação de barreiras econômicas e concomitante aumento nas trocas internacionais e interação transnacional.

Tem-se ainda como reforço da importância das trocas entre países o fato de que uma nação dificilmente pode sobreviver dependendo apenas de sua própria capacidade produtiva (LOPEZ, 2000).

Pensadores dedicados ao campo da logística, desenvolveram seu raciocínio sobre causas e mecanismos da Globalização Econômica concentrando-se, sobretudo em razões e fatores operacionais e microeconômicos. Para eles:

As empresas são motivadas a expandir as operações globalizadas a fim de poderem crescer e sobreviver. As operações globalizadas são também facilitadas pelo desenvolvimento de novas tecnologias e capacitações. Os cinco fatores que levam às operações globalizadas são o crescimento econômico, a abordagem de cadeia de suprimento, a regionalização, a tecnologia e a desregulamentação. (BOWERSOX; CLOSS, 2001, p.122)

Tal opinião, embora não englobe todos os fatores que possam ter concorrido para incrementar a relação entre países, auxilia na compreensão dos caminhos trilhados pelo comércio internacional.

As novas características determinadas por tal processo têm implicado em uma mudança na estrutura das economias. Fatores como evolução tecnológica, crescimento dos fluxos de capitais e o processo de reestruturação produtiva, decorrente de uma internacionalização das empresas têm impulsionado profundas transformações. A combinação desses fatos acirra a competitividade em âmbito mundial, exigindo das organizações se reposicionarem e adotarem condutas estratégicas sob uma perspectiva global. O cenário atual impõe modificações em todas as áreas do processo produtivo, gerando a necessidade de internacionalização das esferas produtivas, permitindo, assim, que atuem no mercado globalizado.

No Brasil, a abertura comercial iniciada, a partir de 1990, vem inserindo o país no cenário do comércio mundial. Os instrumentos utilizados passam pela formação de acordos regionais, redução tarifária e pela desregulamentação das operações de comércio internacional. Contudo, o país ainda ocupa posição modesta na lista dos maiores

exportadores em relação ao grande potencial produtivo, às possibilidades que estão se abrindo aos negócios internacionais no atual processo de globalização e ao objetivo de melhorar a performance de comércio exterior.

Por essas razões há a necessidade de esforços constantes e vigorosos à maior inserção brasileira na economia global, de modo a possibilitar uma integração efetiva do país no âmbito do Comércio Internacional, atendendo as necessidades de desenvolvimento, visto que tal princípio sempre foi um dos objetivos das rodadas de negociações multilaterais. Na seqüência serão mencionados os principais acordos e regras que regulam os aspectos comerciais do Brasil com o exterior, na expectativa de identificar-se as questões influentes no setor agro-exportador.

### **ACORDOS E REGRAS NORTEADORAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: PROTECIONISMO X LIVRE COMÉRCIO: BREVE HISTÓRICO**

A Segunda Grande Guerra (1939-1945) alterou profundamente a realidade mundial. Com as mudanças, emergiram outros desafios, compromissos e alianças. Criou-se uma nova ordem econômica, um novo conjunto de critérios e normas reguladoras da economia e finanças do mundo.

Com a aproximação do fim da guerra, a maior parte dos países procurou montar um sistema que evitasse a possibilidade de mais conflito em escala mundial, evitasse crise de liquidez de divisas e impedisse os danos provocados pela imposição de barreiras ao comércio. Assim, após a Segunda Guerra, vários países decidiram regular as relações econômicas internacionais. Com esse referencial, criaram-se três instituições que moldaram o quadro em que se desenvolveram os mercados internacionais. Para regular os aspectos financeiros e monetários, foram criados o Banco Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI); a Organização das Nações Unidas (ONU), por sua vez, surgiu como um local para as negociações voltadas para assegurar a paz mundial.

A reunião que criou o FMI teve lugar em 1944, na Conferência Monetária e Financeira Internacional das Nações Unidas e Associadas, realizada na cidade de Bretton Woods. A reunião dos países que seriam os vencedores do conflito teve por finalidade reconstruir a estrutura internacional de comércio e finanças, assim, o Fundo Monetário Internacional, encarregou-se primordialmente de prover liquidez internacional e evitar crise nas contas externas dos países associados e o Banco Mundial, incumbiu-se de prover recursos para os projetos relacionados ao desenvolvimento econômico. No âmbito comercial, foi discutida a criação da Organização Internacional do Comércio (OIC), contudo, a tentativa viu-se frustrada, sobretudo pela resistência dos Estados Unidos em se submeter a disciplinas externas. Como sucedâneo, foi assinado em 1947, em caráter provisório, um acordo que deu origem ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT).

### **ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO - “ANTIGO GATT”**

Os participantes da Conferência de *Bretton Woods*, três anos antes, haviam conjecturado a criação de uma Organização Internacional do Comércio, o que não foi possível

operacionalizar em face das fortes divergências principalmente entre Estados Unidos e países europeus. Diante da impossibilidade de implementar um organismo mais abrangente, conseguiu-se, então, um acordo geral, o GATT.

O GATT é considerado uma organização internacional peculiar, uma vez que tem um duplo caráter. De um lado, é um conjunto de procedimentos para as relações comerciais entre as partes contratantes. Essas normas que são essencialmente do tipo jurídico regulamentam a elaboração, a prática e o controle das regras conveniadas. De outro, trata-se de um fórum de negociação comercial onde, através de instrumentos próprios à diplomacia parlamentar, de natureza comercial, procura-se aproximar posições entre os Estados-Partes. Essa face ressalta o aspecto essencialmente político. (SEITENFUS, 2005 p. 212).

O acordo é o único tratado multilateral que estabelece regras para o Comércio, ao mesmo tempo, que é o principal organismo internacional para as negociações e resolução de disputas e controvérsias na área (GOYOS JR., 1994). Originalmente, assinado por vinte e três países, entre eles o Brasil, com o passar dos anos, o GATT foi atualizado e teve seu escopo de incidência ampliado através de alterações efetuadas como resultado de negociações levadas a efeito nas chamadas rodadas. Assim, o GATT, criado para regular provisoriamente as relações comerciais internacionais, foi o instrumento que, de fato, regulamentou, por mais de quatro décadas, as relações comerciais entre os países.

Um dos pilares centrais do GATT, a chamada Cláusula da Nação Mais Favorecida (NMF), estabelece que as concessões feitas por uma parte contratante a outra não podem ser distintas do tratamento concedido às demais partes, assim:

Qualquer privilégio ou imunidade concedida por uma Parte Contratante a um produto originário de outro País ou destinado a ele, será concedida imediatamente e incondicionalmente a todo produto similar originário dos territórios das demais Partes Contratantes ou a elas destinado. (SEITENFUS, 2000, p. 161).

Outros aspectos igualmente importantes são a proibição ao uso de restrições quantitativas ao comércio e o tratamento “nacional” aos produtos importados, os quais, uma vez transposta a fronteira, devem ser submetidos às mesmas condições de concorrência que os produtos nacionais de cada país.

É a mais importante das regras e dá caráter multilateral ao GATT, em detrimento do caráter bilateral, visto que estabelece que toda vantagem, favor, privilégio ou imunidade afetando direitos aduaneiros ou outras taxas que são concedidos a uma parte contratante, devem ser acordados imediatamente e incondicionalmente a produtos similares comercializados com qualquer outra parte contratante. (THOSTENSEN, 2001, p. 33).

Essas regras básicas, negociadas dentro do Acordo Geral do GATT, se tornaram as regras de atuação dos parceiros mundiais na área do comércio internacional, fornecendo um código internacional através do qual as barreiras comerciais podem ser reduzidas garantindo multilateralização do processo e reciprocidade entre os membros.

Thostensen (2001) salienta que o Acordo Geral apenas define os princípios, sendo a elaboração das regras do comércio, e a forma de implementá-las em seu território, de competência de cada parte.

A Rodada Uruguai é a oitava de uma série de negociações comerciais multilaterais no âmbito do GATT e a mais relevante no que concerne ao comércio de produtos agrícolas. Lançada em Punta Del Este, em setembro de 1986, após quatro anos de discussões e preparação, a Rodada não pôde ser concluída em Bruxelas, em dezembro de 1991, tendo sido prorrogada por mais dois anos.

A demora nas negociações refletiu a diversidade de interesses dos países desenvolvidos em desenvolvimento, enquanto os primeiros pressionavam pela inclusão dos novos temas, a exemplo da propriedade intelectual, os países em desenvolvimento consideravam que esta inclusão tenderia a relegar ao segundo plano a questão da proliferação de barreiras não-tarifárias.

A Rodada Uruguai é a primeira a vislumbrar a possibilidade de liberalização de produtos agrícolas; dispõe também sobre serviços, propriedade intelectual e investimento. Não obstante as diferenças que se evidenciaram de uma para outra Rodada, todas registram grandes linhas de continuidade cuja evocação pode ajudar a entender melhor às características da Rodada Uruguai. São três essas linhas: a concentração sobre problemas tarifários; o foco sobre produtos industriais; e a virtual marginalização dos países em desenvolvimento.

O sucesso do GATT na liberalização comercial, ao longo de três décadas, ficou restrito à redução das barreiras tarifárias dos países desenvolvidos para produtos manufaturados e sob a forma de posições consolidadas no GATT, isto é, insuscetíveis de revogação unilateral sem compensação em outro produto.

A marginalização dos países em desenvolvimento decorreu da própria concepção que inspirara a elaboração do Acordo Geral, como instrumento de regulação de comércio entre países já industrializados, com suficiente poder de barganha para obter, pela reciprocidade, melhores condições de acesso para seus produtos de exportação. Para os países subdesenvolvidos dependentes primordialmente da exportação de poucos produtos primários - não sujeitos a tarifas, por conveniência dos próprios importadores desenvolvidos em só taxar os produtos elaborados - o GATT não era atraente. Muito mais importante era lutar, fora do GATT, por acordos de estabilização do preço de suas *commodities*, mercadorias comercializadas em nível mundial e negociadas em bolsas.

O Brasil assinou, em dezembro de 1993, a Ata Final da Rodada, que propôs o Acordo para criação da Organização Mundial de Comércio (OMC) e participou de todas as negociações do GATT, defendendo os princípios da liberalização do comércio internacional, considerado pela ótica brasileira como fator básico na condução de política desenvolvimentista do País, atuando em favor da remoção dos obstáculos ao comércio exterior, principalmente, nas últimas décadas, em questões relativas à problemática dos subsídios agrícolas europeus e norte-americanos.

## ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

Depois de vários anos de negociações, chegou-se à decisão de extinguir o GATT, e substituí-lo, a partir de janeiro de 1995, pela Organização Mundial do Comércio (OMC), uma instituição permanente, mais estruturada, mais ágil, e com funções ampliadas. Tal mudança era vital para alavancar o processo de globalização e a OMC surgiu como o instrumento ideal para impor com mais força as suas decisões e, conseqüentemente, a liberalização do comércio internacional.

A diferença do GATT a OMC é um organismo intergovernamental de alcance universal. A Organização Mundial do Comércio foi o caminho encontrado pelos países participantes para incorporar em um único marco de direitos e obrigações os chamados novos temas. Diversas questões, tais como comércio de produtos agrícolas, serviços, acesso a mercado para produtos não-agrícolas, aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (conhecidos pela sigla TRIMs), são tratadas em rodadas de negociações internacionais.

De tal maneira, verifica-se que a OMC foi a tentativa de centralização das regulamentações que funcionam sobre os casos de entendimento do comércio internacional. Proveniente do GATT, mas com muito mais poder político e com status jurídico de uma organização internacional. Ainda que não seja imune às pressões advindas dos principais atores internacionais, sua existência é de vital importância para países como o Brasil que dependem de um sistema de normas para defender seus interesses, especificamente quanto à inserção de seus produtos agrícolas nos mercados externos. Os países em desenvolvimento são hoje a maioria dos Membros desta Organização e só cabe a eles fazer valer os seus interesses, já que as decisões na OMC são tomadas por consenso.

No âmbito da OMC, destaca-se na negociação de temas agrícolas a Rodada de Doha, mais recente rodada de negociações multilaterais ocorrida entre os países membros da Organização Mundial do Comércio, tendo ocorrido subseqüentemente à Rodada Uruguai – no seio da qual consolidou-se a estrutura institucional permanente desta organização.

A Rodada de Doha foi lançada em novembro de 2001 sob intenso otimismo. Por muitas vezes chamada de “Rodada do Desenvolvimento”, previa uma agenda ambiciosa de negociações, envolvendo temas que iam desde agricultura e serviços até propriedade intelectual. As primeiras crises nas negociações ainda em 2003 sinalizariam, contudo, a dificuldade – e a impossibilidade, como mais tarde foi mostrado – de concluir as negociações em 2005, tal como fora previsto: o logo aparente impasse sobre as questões agrícolas e o comprovaram que as expectativas em torno da Rodada precisariam ser, ao menos, mais pragmáticas.

O programa de trabalho acordado em Doha dá continuidade e aprofunda o processo de reforma do setor agrícola, iniciado desde a Rodada Uruguai, com vistas à plena integração do setor nas disciplinas multilaterais de comércio. Por força de uma série de exceções reiteradas ao longo da existência do GATT, o setor agrícola passou ao longo dessas disciplinas até a criação da OMC. Como resultado, por quatro décadas acumularam-se significativas distorções no comércio internacional por parte dos países desenvolvidos, na forma de restrições quantitativas, barreiras tarifárias e não tarifárias, níveis elevados de subsídios e formas desleais na competição e exportação de produtos.

Sendo ainda o setor agrícola aquele que responde por parcela substancial das exportações e do produto interno dos países em desenvolvimento, é do interesse desses países que sejam aperfeiçoadas as regras que afetam o comércio de tais produtos. No caso Brasileiro, país que tem a sua competitividade concentrada no agronegócio, não se pode descuidar de uma política ativa promoção da abertura de mercados externos e de disciplinamento das formas desleais de competição e de apoio interno.

Na Rodada do Uruguai, com assinatura do Acordo Sobre Agricultura, deram-se os primeiros passos de liberalização do setor, através de um tripé: aumentar o acesso a mercados, diminuir os níveis de apoio doméstico e disciplinar as formas de competição nas exportações. O tripé das negociações na área agrícola constitui uma prioridade absoluta para o Brasil, que atuou na linha de frente com vistas à consecução de um mandato ambicioso nesses temas, em conjunto com o Grupo de Cairns, composto por produtores países de agricultura competitiva criado durante a Rodada do Uruguai.

Graças a pressões exercidas pelo chamado Grupo de Cairns a agricultura passou a ser a principal questão tratada pela rodada. Enquanto isso, Estados Unidos da América (EUA) e União Européia (UE), que tinham liderado todas as rodadas até então, estavam mais interessados na discussão dos chamados temas de Cingapura (investimento direto, compras governamentais, transparência, e política de competição). No entanto, a Rodada de Doha foi construída no formato do “empreendimento único” (em inglês, *single undertaking*), que demanda que tudo o que for decidido na rodada deve ser tomado como um pacote só, não é possível a um país aceitar apenas um acordo e não os outros; e tudo que for discutido deve ser votado em conjunto e não separadamente, o que significa que, mesmo que esses atores quisessem colocar os temas de Cingapura em pauta, a rodada não terminaria até se chegar a um consenso concernente a questão da agricultura.

O prazo para o fim da Rodada de Doha, que inicialmente era em 2003, foi adiado para o final de 2005, na conferência ministerial de Hong Kong. O prazo não foi cumprido novamente, já que nenhuma das partes estava disposta a ceder. As negociações nos comitês em Genebra, sede da OMC, continuaram durante 2006, mas, em julho, o impasse chegou a tal ponto que o diretor geral da OMC veio a declarar que a rodada estava suspensa.

A suspensão da rodada não é favorável a ninguém, já que EUA e UE aufeririam ganhos em avançar nos temas de Cingapura e o G-20, grupo de países em desenvolvimento criado em na fase final da preparação para a V Conferência Ministerial da OMC, realizada em Cancun, em 2003, com atuação centrada na agricultura, teria interesse de maior liberalização no comércio agrícola para ter maiores ganhos de competitividade nesses produtos. Assim, durante o Fórum Econômico Mundial, em janeiro de 2007, vários países manifestaram seu interesse em retomar a Rodada de Doha, que foi reaberta em janeiro de 2007.

A engenhosidade do ambiente diplomático chegou mesmo a criar a figura do G-4, para designar uma mesa negociadora envolvendo os Estados Unidos, a União Européia e dois representantes do “resto do mundo” (Brasil e Índia). Mas a recusa dos dois primeiros em abrir um mínimo de debate sobre o tema central fez com que o impasse saísse vitorioso. Assim, como último adendo, após o prazo de 2007 chegar sem lograr avanço, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, temeroso quanto a possibilidade de um fracasso definitivo nas negociações fixou para o final do ano de 2008 a expectativa de um acordo de

liberalização do comércio mundial. Contudo, em julho deste ano, após 9 dias de reunião em Genebra, o diretor da OMC, Pascal Lamy, anunciou que as negociações multilaterais da Rodada de Doha foram encerradas sem que os países chegassem a um acordo. O fracasso de mais uma tentativa de avanço na liberalização do comércio mundial já era esperado, pois parecia intransponível a divergência entre os países mais industrializados e a maioria dos países emergentes frente a temas como o fim dos subsídios agrícolas ou a abertura de mercados para bens e serviços. O principal problema foi a divergência entre Estados Unidos e Índia em relação a um mecanismo de salvaguarda, previsto no acordo, que permitiria aos países em desenvolvimento subir tarifas aduaneiras para se proteger de um surto de importações que possa prejudicar sua segurança alimentar.

O Brasil apostou na Rodada de Doha, enxergou nela uma oportunidade de atender aos interesses nacionais históricos em torno do desenvolvimento econômico, mais do que isso, os negociadores brasileiros trouxeram à mesa de negociação os atributos de poder econômico do Brasil e deles se utilizaram para construir uma postura de liderança, embora frágil, sobre os países em desenvolvimento, instrumentalizada no G-20. As discordâncias, porém, em torno dos subsídios agrícolas vigorantes nos EUA e na UE que inviabilizam a comercialização dos mesmos produtos agrícolas oriundos dos países em desenvolvimento dada a maior competitividade de seus concorrentes posto que são diuturnamente subsidiados, culminaram no fracasso da Rodada, que pode ser visto, como um revés para a política externa brasileira, que tem sua competitividade centrada na agricultura, sendo necessário concentração em acordos multilaterais, já que os acordos regionais têm sido ineficientes nesse âmbito de liberalização agrícola.

## **AGRONEGÓCIO: CADEIA PRODUTIVA AGRÍCOLA**

A definição de agronegócio é antiga e incorpora qualquer tipo de empresa rural. Davis e Goldberg (1957), pesquisadores americanos, reconheceram que não seria mais adequado analisar a economia nos moldes tradicionais, com setores isolados que fabricavam insumos, processavam os produtos e os comercializavam. Neste caso, o agronegócio foi, então, definido como o conjunto de empresas que produzem insumos agrícolas, as propriedades rurais, as empresas de processamento e toda a distribuição.

No Brasil, o termo é usado quando se refere a um tipo especial de produção agrícola, caracterizada pela agricultura em grande escala, baseada no plantio ou na criação de rebanhos e em grandes extensões de terra. Este tipo de produção agrícola é também conhecido como *agribusiness* ou *agrobusiness*. O conceito de agronegócio implica, assim, na idéia de cadeia produtiva, com seus elos entrelaçados e sua interdependência. A agricultura moderna, mesmo a familiar, extrapolou os limites físicos da propriedade, dependendo cada vez mais de insumos adquiridos fora do campo. E, a decisão de o que, quanto e de que como produzir, está fortemente relacionado ao mercado consumidor, existindo diferentes agentes no processo produtivo, inclusive o agricultor, em uma permanente negociação de quantidades e preços.

Desta forma, Davis e Goldberg definiram o agronegócio como sendo a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; das operações de produção na fazenda; do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles, ou ainda, um Sistema Agroindustrial englobando todos os atores

envolvidos com a produção, processamento e distribuição de um produto. Tal sistema inclui o mercado de insumos agrícolas, a produção agrícola, operações de estocagem, processamento, atacado e varejo demarcando um fluxo que vai desde os insumos até o consumidor final. O conceito abarca todas as instituições que afetam a coordenação dos estágios sucessivos do fluxo de produtos, tais como as instituições governamentais, mercados futuros e associações de comércio e os vínculos intersetoriais do setor agrícola, deslocando o centro de análise de dentro para fora da fazenda, substituindo a análise parcial dos estudos sobre economia agrícola pela análise sistêmica da agricultura.

No Brasil, essa abordagem sistêmica foi utilizada explicitamente por Araújo, Wedekin e Pinazza (1990), com a finalidade de levantar as dimensões básicas do *agribusiness* brasileiro. Então, o agronegócio é um conjunto de negócios relacionados à agricultura dentro do ponto de vista econômico, ou seja, toda relação comercial envolvendo produtos agrícolas.

## **O AGRONEGÓCIO NO COMÉRCIO MUNDIAL**

A questão agrícola é historicamente uma das mais sensíveis nas negociações internacionais. Trata-se de um tema particularmente caro aos países em desenvolvimento, uma vez que a maior parte da população mundial de baixa renda vive em áreas rurais, e o setor agrícola corresponde a aproximadamente metade dos empregos nesses países. Além disso, há problemas na apropriação de valor em cadeias alimentares, determinados em grande pelas barreiras ao comércio e ao acesso à tecnologia.

Subjacente a este tema encontra-se a questão do desenvolvimento econômico e social dos países menos desenvolvidos em relação aos mais avançados, que encontra nos fundamentos teóricos da economia a esperança de que, através do comércio internacional, especialmente de produtos agrícolas, nos quais têm especialidade produtiva, seja possível obter ganhos suficientes para transitar à condição de países do primeiro mundo. Em confronto à posição daqueles países, os principais atores representantes dos países mais avançados, também demonstram interesse em fortalecer a produção e exportação de seus produtos agrícolas, a tal ponto que os estímulos dados aos seus produtores penalizam de forma profunda o comércio agrícola dos países menos desenvolvidos.

Se a idéia dos ganhos do comércio é o conceito teórico mais importante na economia internacional, a batalha entre livre-comércio e proteção é o tema mais importante em relação à política econômica. Krugman e Obstfeld (2000) destacam que desde o surgimento dos Estados modernos no século XVI, os governos têm se preocupado com os efeitos da concorrência internacional sobre a sua economia, impondo limites às importações ou estimulando as exportações por meio de mecanismos protecionistas, principalmente tarifas e subsídios.

A esse respeito, a questão agrícola se reveste da maior importância, uma vez que o comércio mundial de produtos agrícolas tem sido altamente marcado por políticas protecionistas traduzidas em tarifas, cotas de importação, restrições voluntárias às exportações além dos subsídios às exportações e subsídios à produção interna, com efeitos sobre preços e custos, conferindo vantagens do lado da oferta. O protecionismo agrícola constitui um impasse no comércio mundial, especialmente quando praticado por países

centrais, desenvolvidos, prejudicando direta ou indiretamente os países em desenvolvimento.

Quando empregado como instrumento de política comercial, um subsídio consiste em pagamentos diretos ou indiretos feitos pelo governo para encorajar exportações ou desencorajar importações. Em ambos os casos, equivale a um imposto negativo e representa uma redução de custo para o produtor. Em geral, a concessão de subsídios se dá por meio de pagamento em dinheiro, redução de impostos ou financiamentos à taxa de juros inferiores às de mercado. Há casos em que o governo compra do fornecedor a um determinado preço e revende por menos aos consumidores. Os subsídios à produção doméstica são utilizados visando o isolamento parcial do mercado interno da concorrência estrangeira. O subsídio à produção doméstica provoca o aumento de preço do bem subsidiado, aumenta a produção interna, diminui a importação e aumenta os gastos governamentais. Carvalho e Silva (2002); Tsakok (1990).

Examinar este tema implica em estudar não apenas os fundamentos econômicos favoráveis a um aumento da corrente de comércio externo como meio para alcançar o desenvolvimento econômico e social, mas, sobretudo, verificar se há conformidade entre o discurso econômico e político. Os posicionamentos teóricos contemporâneos, por outro lado, sobretudo os que se referem à importante questão das proteções erigidas pelos países desenvolvidos em torno de seus produtores agrícolas, servem para sustentar uma análise recente sobre o sentido da “globalização econômica” para o comércio internacional e a relação dessas proteções com as possibilidades de desenvolvimento de nações mais atrasadas.

A questão da busca de razões para a proteção nos países centrais tem feito parte do intenso debate que se formou, desde os anos 90, em torno do tema globalização e, mais particularmente, em torno da questão da participação dos países menos desenvolvidos na renda mundial através de suas correntes de comércio externo. Um dos argumentos que tem sido discutido, importante principalmente para os países em desenvolvimento, é a questão vinculada ao tema da “multifuncionalidade da agricultura”, utilizado pela União Européia como um dos principais argumentos para justificar o protecionismo agrícola.

Os mecanismos à proteção da agricultura doméstica, entre eles os subsídios à produção interna e os subsídios à exportação, constituem um dos principais fatores que prejudicam a ampliação das exportações de países em desenvolvimento. Estas representam uma forma expressiva de fazer frente às distorções dos mercados internacionais agrícolas, principalmente, dos países menos desenvolvidos, com potencial de incremento no cenário externo.

As negociações agrícolas baseiam-se em três dimensões: critérios para o acesso ao mercado, que envolve tarifas, medidas de salvaguarda, e outras questões associadas; concorrência das exportações, que envolve impostos, subsídios e créditos às exportações; e medidas de ajuda interna, classificadas em padrões correspondentes aos tipos de medidas. Além disso, há outros aspectos como negociações em temas indiretamente relacionados, as preocupações não comerciais, as indicações geográficas de origem dos produtos, medidas fitossanitárias, o meio ambiente, as informações ao consumidor, as normas de etiquetagem, o bem-estar dos animais, o desenvolvimento rural e outros. Com essa variedade de aspectos envolvidos e dados os interesses e a importância política dos temas relacionados ao setor agrícola, não surpreende que esse seja um dos temas mais controversos nas

negociações externas e a existência de divergências claras entre as posições dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento.

## **PANORAMA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL BRASILEIRO**

A história do comércio exterior brasileiro remonta mais de duas décadas, tendo como marco inicial a publicação, na Carta Régia, da abertura dos portos brasileiros às nações amigas, por determinação de D. João VI, em 1808, conforme estudo da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) em parceria com o departamento de história da Universidade de Brasília (UnB), publicado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Com isso, o Brasil passou a exercer autonomia inédita sobre seu próprio comércio exterior, tendo assinado alguns tratados de comércio nas décadas seguintes e se destacado na comercialização de café, algodão, açúcar, cacau e fumo (MDIC, 2008). Contudo, somente na década de 90, com a abertura comercial, redução de tarifas de importação e reformulação dos incentivos às exportações é que os fluxos comerciais internacionais brasileiros se intensificaram. Nesse período além de criado o Mercosul, união aduaneira de cinco países da América do Sul, no intuito de estabelecer um mercado comum para a América Latina, instituiu-se também a, anteriormente abordada, OMC.

Após a Queda do Muro de Berlim, em 1989, dá-se início à chamada Nova Ordem Mundial. Esta surge acentuando e acelerando a internacionalização das trocas comerciais e alterando, assim, o cenário econômico internacional. Desenhava-se, então, os contornos de uma globalização financeira, norteada pelos princípios do neoliberalismo, doutrina centrada na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado (NEGRÃO, 1998).

Procurando adequar-se à nova realidade, o Brasil viu-se diante da premente necessidade de promover mudanças capazes de adaptá-lo ao inevitável processo globalizante. No âmbito interno, buscou assegurar seu *status* de Estado Democrático de Direito, promovendo um processo de abertura política. Contudo, para uma devida e satisfatória integração do Brasil ao mercado mundial, era preciso ir mais além. Era preciso, também, uma abertura externa a nível econômico.

Antes de tudo, devemos retroceder às origens que deram ensejo a tal imperativo. No período que vai dos anos 1974 a 1988, a economia brasileira foi, aos poucos, sendo solapada pelas medidas autoritárias adotadas pelos militares. O intervencionismo, o subsidionismo, a elevação artificial da taxa de investimento interno em favor de obras públicas, as substituições de importações a qualquer custo, fatores típicos dessa época, foram conduzindo o Brasil a uma grave crise econômica. Com a Ditadura Militar, as transações econômicas internacionais brasileiras foram, assim, profundamente comprometidas. Adicionalmente, políticas protecionistas tarifárias e não-tarifárias, notadamente quanto ao aumento dos impostos sobre a importação, foram contribuindo para que o mercado interno brasileiro se fechasse cada vez mais. A inserção do Brasil no comércio internacional reduziu-se, então, dramaticamente na chamada “década perdida”, a década de 80. Tornou-se preciso, assim, que o país liberalizasse seu comércio exterior.

A abertura ao comércio internacional surge como oportuna alternativa ao crítico rumo pelo qual vinha seguindo a economia brasileira. Era preciso abrir o Estado ao capital estrangeiro, implementar uma política de privatizações, promover uma redução dos gastos públicos, bem como uma abertura às importações.

É o que passa a ocorrer a partir dos anos 90. Buscando seguir as diretrizes tomadas no Consenso de Washington, ocorrido em 1989 visando reforçar o incipiente neoliberalismo através da formulação de diretrizes, o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), almejava, segundo Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo (2004), modernizar o país em face do neoliberalismo que atingia proporções mundiais.

O governo Collor mudou a agenda política de nosso país, pois conseguiu implementar reformas corajosas e muito necessárias. Embora outras tentativas tenham sido feitas desde 1987, foi durante o governo Collor que as velhas idéias nacional-desenvolvimentistas foram efetivamente enfrentadas e combatidas [...] por um programa corajoso de reformas econômicas orientadas para a liberalização comercial e a privatização. (BRESSER-PEREIRA, 1996, p.183).

Com o Plano Collor, almejou-se tornar a economia mais eficiente, especialmente através das privatizações e da diminuição dos impostos sobre a importação. Tal plano findou por ser apontado como a maior iniciativa neoliberal já implementada no país, abrindo-o às importações, à privatização e à modernização industrial e tecnológica. A inauguração do alinhamento brasileiro às novas tendências neoliberais conduziu a uma reformulação na estrutura do comércio exterior nacional, propiciado pela diminuição do intervencionismo estatal, pela prática do livre mercado e pelo fim de grande parte dos subsídios. Assim, segundo Averborg (1999), em 1990 foi instituída a nova Política Industrial e de Comércio Exterior, que extinguiu a maior parte das barreiras não-tarifárias herdadas do período de substituição de importações e definiu um cronograma de redução das tarifas de importação.

Segundo Bowersox e Closs (2001), fatores geopolíticos internacionais e operações globalizadas, notadamente o crescimento econômico, abordagem de cadeia de suprimento, regionalização, tecnologia e desregulamentação, levaram a uma disparada do comércio internacional a partir dos anos 90. A trajetória ascendente do saldo comercial brasileiro, a partir do ano de 1990, demonstra a inegável e terminante influência que essa política apresentou sobre os avanços do comércio exterior do país. Houve uma significativa reordenação da produção, bem como um incremento dos investimentos estrangeiros.

De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), em 1991, nosso saldo comercial correspondia a 10,58 (US\$ FOB), em virtude do aumento de preços do petróleo e queda de preços das *commodities*. Em 1992, com a isenção do IPI sobre insumos nacionais – matéria-prima para produtos industrializados - o saldo comercial passa a ser de 15,2 (US\$ FOB). No ano seguinte, que se demonstrou decisivo para o processo de abertura que se delineava no cenário nacional, esse saldo passa à cifra de 13, 3 (US\$ FOB) – graças à redução das alíquotas do imposto de importação, que baixou de 150% para 35% e, posteriormente, para 17%, no governo de Itamar Franco. Assim, verificou-se uma substancial modernização industrial brasileira, particularmente no ramo automobilístico e, ao mesmo tempo, o Brasil volta a ser o maior exportador de café do mundo, passando a deter 25% no mercado mundial. No ano de 1995 a situação já não se demonstrou tão animadora: houve sucessivos déficits no saldo da Balança Comercial, dada a redução do imposto de importação e pela valorização do Real frente ao Dólar (Tabela 1).

**Tabela 1 - Dados da balança comercial brasileira dos anos 1991 a 2000.**  
**Valores (FOB) em US\$/bilhões:**

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1991	31.620	21.040	10.580
1992	35.793	20.554	15.239
1993	38.555	25.256	13.299
1994	43.545	33.079	10.466
1995	46.506	49.972	-3.466
1996	47.747	53.346	-5.599
1997	52.994	59.747	-6.753
1998	51.140	57.763	-6.624
1999	48.013	49.302	-1.289
2000	55.119	55.851	-732

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secex / MDIC.

A partir de 2000, o comércio exterior brasileiro aumentou num ritmo mais vigoroso. O crescimento econômico mundial, o aumento dos preços internacionais de produtos básicos, a diversificação dos mercados importadores e a maior produtividade da indústria nacional são fatores que favoreceram o dinamismo das exportações brasileiras, que passou a atingir sucessivos recordes. Além disso, no cenário do século XXI, o Brasil participa ativamente como protagonista regional e emergente ator global estabelecendo várias alianças políticas, visando o fortalecimento do seu posicionamento político e econômico e aumentando visivelmente sua atuação diplomática.

A partir de 2002, o Brasil volta a ter saldos comerciais satisfatórios. As crises asiática e russa afetaram a economia brasileira, uma vez que quando estas ocorrem em países emergentes, os investidores tendem a reagir de forma a tratar os demais como se estivessem na iminência de sofrer a mesma crise, de forma que o Brasil experienciou uma expressiva saída de investimentos estrangeiros, sendo, então, forçado a desvalorizar sua moeda e adotar um regime de câmbio flutuante. Com o câmbio desvalorizado, houve um incremento nas exportações.

A conjuntura externa relativamente favorável (crescimento do comércio internacional e relativa melhoria dos termos de troca) facilitou a obtenção de resultados econômicos externos positivos, em particular em 2004. As exportações agrícolas foram o principal determinante dessa evolução. As vendas ao exterior realizadas pelo setor de agronegócio totalizaram, em 2004, 39 bilhões de dólares, valor 27% superior ao obtido no ano anterior. Essas exportações representaram 40% do volume total exportado pelo país, contribuindo de maneira determinante para o superávit da balança comercial, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Na atualidade, verifica-se a existência de uma verdadeira proliferação de grupos de ações coordenadas que ampliam as vias de participação dos países, especialmente emergentes como o Brasil, no debate dos temas globais e de seus interesses econômicos. Nesse sentido, a atuação brasileira tem uma orientação muito mais pragmática do que ideológica.

A participação nesses grupos significa, também, uma inserção na governança global. Dessa forma, o Brasil participa do grupo BRICs. Composto ainda pela Rússia, Índia e China, o

grupo existe como um conceito formulado pelo mercado financeiro para se referir às grandes economias emergentes, e confere ao Brasil, ainda mais peso ao ser associado diretamente a uma potência econômica como a China ou um país líder na produção de energia como a Rússia.

No âmbito da OMC, o Brasil faz parte do G-20, reunião de países em desenvolvimento que atua, especialmente, nas negociações dos temas agrícolas. O país busca, junto com o grupo, cujos demais membros são predominantemente agro-exportadores que possuem imensas terras férteis e clima que permite atividades agrícolas durante todo o ano, destravar as negociações no âmbito da OMC. São nações ávidas de vender os frutos de seus abundantes recursos naturais, sem tolerar restrições ou proteção por parte dos países importadores. Por isso são os grandes promotores do livre comércio mundial de produtos agrícolas.

O Brasil se viu alçado à condição de protagonista nas negociações desde que virou uma espécie de porta-voz do G-20, isso embora responda por apenas 1% do comércio internacional, e ocupe o 27º lugar no ranking tanto dos maiores exportadores como no dos importadores, conformes dados da OMC. A explicação para a inclusão do Brasil nos momentos decisivos da discussão é que o país é o quarto maior exportador de produtos agrícolas do mundo. O desempenho da balança comercial brasileira nos últimos anos deve ser atribuído principalmente aos superávits dos setores de agronegócio e mineração. Conforme dados do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior, a participação do agronegócio no saldo comercial atingiu 113,5%, em 2007; 206,7%, em 2008; e deve passar para 230,4% neste ano. Destaca-se, ainda, como o país que mais cresce no mundo em geração de excedentes de alimentos, conforme consta no Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009.

Pelo destaque das *commodities* agrícolas na pauta brasileira, somado a posição de liderança brasileira na agricultura, especialistas apontam a atual crise no setor de alimentos, que desenha-se desde meados de 2007, como uma oportunidade para o país aumentar sua influência internacional nos próximos anos. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), até 2050 o mundo deverá dobrar a produção para alimentar uma população de 9 bilhões de pessoas. E o Brasil, aliando vantagens competitivas que incluem de questões climáticas a domínio de tecnologia de agricultura tropical, poderá chegar a 2020 como a principal potência agrícola mundial.

No estado do Rio Grande do Norte, como na produção agrícola brasileira como um todo, os produtos do agronegócio lideram a pauta exportadora. Tendo destaque a fruticultura, a castanha de caju, camarão e o setor sucroalcooleiro, com a exportação de açúcar e álcool.

O açúcar está entre os produtos do agronegócio mais exportador pelo Brasil, e no Rio Grande do Norte, as vendas de açúcar ocupam o quinto lugar na pauta, tendo somando em setembro passado 18 milhões de dólares, com aumento de mais de 85% se comparado ao mesmo período de 2007 (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, 2009). Essa sintonia com a pauta exportadora brasileira garante ao estado possibilidades de fomento no setor de *commodities*, especialmente dada a existência de grandes áreas passíveis de serem incorporadas ao sistema produtivo, a existência de grande potencial hídrico, bem como uma capacidade instalada de pesquisa e assistência técnica. Os produtores rurais e empresários da região contam ainda com recursos de linhas de crédito que estimulam dentre outras coisas, a agricultura familiar.

Outro ponto a favor do Brasil é a tecnologia para agricultura tropical, considerada por especialistas a mais avançada do mundo. Nas últimas décadas, pesquisadores brasileiros conseguiram, entre outras conquistas, adaptar variedades antes produtivas somente em regiões temperadas às condições de solo e clima do cerrado, o que fez o Brasil despontar como grande produtor agropecuário. O domínio dessa tecnologia e o melhoramento de sementes ampliaram as fronteiras agrícolas do Brasil e transformaram regiões antes consideradas improdutivas em importantes pólos de produção. Além disso, a tecnologia também permitiu aumentar o rendimento por hectare. Com isso, a produção brasileira deu um salto sem tanta necessidade de expansão de área. Em 1981, segundo dados do IBGE, o Brasil plantou 37,4 milhões de hectares e colheu 51,1 milhões de toneladas de grãos. Na safra 2008/2009, a área foi de 47,4 milhões de hectares, tendo crescido 27%, enquanto a produção aumentou cerca de 142%. O atual nível tecnológico se deve ao desenvolvimento de pesquisas realizadas por instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). E é justamente esse nível tecnológico que permite altos ganhos de produtividade, que fazem com que a agricultura seja lucrativa mesmo com os enormes custos advindos dos entraves de infra-estrutura.

Contudo, atualmente, com as mudanças climáticas que comprometem, sobretudo, a agropecuária, cujo desempenho depende estritamente das condições ambientais, há a necessidade de investimento em previsões e acompanhamentos climáticos voltados para áreas específicas do setor agropecuário. De modo a evitar instabilidades como as que vêm ocorrendo no País desde o fim do ano passado, causando catástrofes de grande impacto para o agronegócio brasileiro, entre elas as tempestades, em novembro passado, no estado de Santa Catarina. Os prejuízos somaram mais de R\$ 500 milhões, só na área agrícola. Já no centro-oeste do Brasil, a estiagem atingiu o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, prejudicando principalmente as lavouras de soja (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2009).

No Rio Grande do Norte, devido a tais intempéries climáticas, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico concluiu o levantamento dos prejuízos econômicos das inundações de 2008 e calcula perdas da ordem de R\$ 100 milhões para a economia do Estado. A produção de camarão do Vale do Açu estava estimada para este ano em R\$ 20 milhões. Com as chuvas, 100% da produção da região estão afetados. A fruticultura do Vale do Açu está totalmente comprometida, em especial da banana, além disso, a produção de saldo Estado terá um prejuízo de R\$ 10 milhões, pelos dados da Secretaria Estadual de Desenvolvimento.

Segundo estudo realizado pela Embrapa o Brasil poderá ter prejuízos de até R\$ 7,4 bilhões no seu Produto Interno Bruto (PIB) agrícola em 2020 e ter sua geografia de produção desfigurada se não tomar alguma atitude contra esses efeitos climáticos. Entretanto, em função do grande conhecimento que o país tem hoje em relação às tecnologias em agricultura tropical, soluções biotecnológicas poderão ser adotadas para contornar os impactos nos próximos 20 anos. O Ministério da Agricultura informou que o país já possui 220 projetos em andamento para adaptar a produção agrícola às mudanças do clima.

O cenário atual do comércio internacional brasileiro enfrenta, ainda, uma crise financeira. Em meio à disseminação globalizada dos efeitos da anunciada recessão nos Estados Unidos, deflagrada pelo colapso do mercado hipotecário do país, com reflexo nos mais diversos setores da economia mundial, entre eles o de maior destaque na balança comercial brasileira, o agronegócio, emerge a preocupação com a implicação de tais efeitos na crise

de inflação dos alimentos, a qual gerou elevação dos preços internacionais, pondo à mostra seus efeitos perversos para a economia de uma série de nações pelo mundo.

A acentuada queda da demanda global, decorrente do ajuste recessivo requerido para a superação da crise financeira, vem sendo acompanhada por diminuição dos preços das *commodities*, especialmente das agrícolas. As perspectivas de prosseguimento de empate técnico entre oferta e demanda, em um contexto de reduzidos estoques, esbarram na magnitude da contração econômica dos EUA e seus impactos sobre as exportações e sobre a renda das nações emergentes, com desdobramento sobre o consumo das famílias.

Somado a influência negativa exercida pelo delineamento de um ambiente de preços menores, o que representaria o canal de transmissão real da crise externa, é perceptível a contaminação pelo lado financeiro, reflexo da escassez de crédito atestada pela redução das linhas de financiamento das *tradings*, companhias multinacionais responsáveis pela maior parte da comercialização dos produtos primários e agroindustriais.

A alta do dólar e a retração do crédito para o desenvolvimento da produção agrícola, resultantes da crise financeira mundial, têm representado entrave para os agricultores. Mesmo com o bom desempenho das exportações brasileiras do agronegócio, que segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), registraram marcas históricas no mês de setembro, permanece a preocupação com o risco iminente de redução da oferta mundial de produtos agrícolas, especialmente devido à escassez de crédito, o que elevará ainda mais os preços dos alimentos no mundo. Segundo o MAPA, tanto o valor geral das exportações, US\$ 6,8 bilhões, como o superávit de US\$ 5,7 bilhões registraram recordes no período. As vendas externas atingiram índices de 38,5% valor superior ao obtido no mesmo período de 2007. Em 12 meses (out/2007 a set/2008), as exportações acumularam a marca histórica de US\$ 70,9 bilhões. De janeiro a setembro de 2008, o agronegócio brasileiro exportou 29,2% mais que nos primeiros nove meses de 2007, alcançando a cifra de US\$ 55,3 bilhões (BRASIL, 2008).

A crise mundial e a recente valorização do dólar poderão significar uma recuperação do crescimento das exportações do Rio Grande do Norte que sofreram com a queda do dólar nos últimos anos. Prova disso pode ser constatada pelos números da exportação de frutas frescas, que sofreram os altos e baixos enfrentados por vários setores da economia mundial. De janeiro a novembro de 2008 foram exportadas 812 mil toneladas, uma queda de 3,6% comparando-se com o mesmo período do ano anterior. No entanto em valor houve um aumento de 13% passando de US\$ 594 milhões para US\$ 673 milhões em 2008, conforme dados do MAPA (BRASIL, 2008).

O Banco do Nordeste (BNB), principal agente financeiro do Governo Federal no Nordeste brasileiro, assegura que a crise financeira deve ser tratada como oportunidade, uma vez que as taxas de juros do fundo estão há pelo menos três anos no mesmo patamar e não há perspectiva de aumentarem. No maior evento do agronegócio Potiguar, conhecido como Festa do Boi, ocorrida em 2008 houve uma quebra de recorde quanto à prospecção de negócios. O setor de exportação do Rio Grande do Norte está caminhando na contramão da crise financeira internacional, produtos como o melão e a castanha de caju, aparecem como os mais beneficiados e devem gerar para a economia do estado um superávit considerável. A firmação é da secretaria de estado da agricultura (SAPE).

Até o momento atual, o principal reflexo da Crise Financeira para a produção agrícola brasileira tem sido a redução no consumo mundial, uma vez que o balanço entre oferta e demanda, nesse caso, proporciona excedentes de produção, aumentando os estoques mundiais e fazendo com que os preços diminuam, o que é prejudicial aos lucros e ao valor de suas ações negociadas em bolsas de valores. Contudo, a queda das cotações das *commodities* tem sido compensada pelo aumento do dólar. Assim, o impacto da crise no agronegócio brasileiro indica, ao menos no curto prazo, que podem haver reflexos positivos. O dólar mais alto vai elevar a receita das exportações, o custo do frete internacional está em queda, bem como a cotação dos fertilizantes, produtos dos quais o produtor brasileiro tem grande dependência.

Tanto que, no ano de 2008 o comércio exterior brasileiro manteve-se em expansão, com a corrente de comércio alcançando cifra recorde de US\$ 371,1 bilhões, o que significou aumento de 32% sobre 2007, quando atingiu US\$ 281,3 bilhões. Registre-se que nos últimos dois meses do ano, o fluxo de comércio de exportação e de importação apresentou decréscimo em relação à expansão verificada até outubro, em razão da crise financeira internacional, que levou a uma redução dos preços internacionais de commodities agrícolas e minerais e da demanda por bens (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2009).

Para o Banco Central, o Brasil enfrenta a crise em condições vantajosas em relação a outras partes do mundo, principalmente no quesito liquidez e macroeconomia, com reservas de R\$ 200 bilhões. Há fragilidades no sentido microeconômico, flexível e rápido; ainda há um excesso de burocracia que entrava investimentos, e quanto a reformas tributária, previdenciária e trabalhista. Mesmo assim, o país caminha a taxas regulares de 4 a 5% de crescimento anual. A entidade destacou, ainda, que apesar da crise gerar desaceleração, o Brasil crescerá acima da média mundial durante este ano.

## **O POTENCIAL AGRO-EXPORTADOR BRASILEIRO E OS FATORES ASSOCIADOS AO SEU MODELO DE CRESCIMENTO**

O Brasil situa-se no contexto internacional atual como celeiro mundial em termos de agronegócio. O país possui 22% das terras agricultáveis do mundo, conta com clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce do planeta, segundo Rodrigues (2006), além de elevada tecnologia utilizada no campo, dados estes que fazem do agronegócio brasileiro um setor moderno, eficiente e competitivo no cenário internacional.

Todo este cenário enquadra-se num processo evolutivo que remonta para o século XVI. A ocupação iniciada durante tal século, apoiada na doação de terras por intermédio de sesmarias, nas quais se desenvolveu a atividade monocultura da cana-de-açúcar, na porção litoral do território, mediante utilização do regime escravocrata, sendo, pois, responsável pela expansão do latifúndio. Antes da expansão deste sistema monocultor já havia se instalado no país, como primeira atividade econômica, a extração da madeira de pau-brasil, porém, a extinção desta espécie vegetal coincidiu com o início da plantação da lavoura canavieira, que durante esse período serviu de base e sustentação para a economia. (SIMONSEN, 1969).

Já em áreas do sertão, onde as condições ambientais não eram favoráveis à expansão do cultivo da cana, desenvolveu-se a grande propriedade voltada para a pecuária de corte, visando ainda o abastecimento de pequenos centros urbanos para o fornecimento de animais de tração às áreas canavieiras. Aliada as atividades já supracitadas, deu-se ainda agricultura de subsistência voltada para o abastecimento local. Tal cenário perdurou até o século XVIII, quando a mineração passou a ser a principal atividade do país. Ainda segundo Simonsen (1969), essa nova atividade foi responsável pelo aumento de áreas voltadas para agricultura de subsistência e promoveu o aparecimento de propriedades de menores dimensões, dedicadas à produção de alimentos, com fins comerciais.

No século XIX tem-se início a fase de grande expansão da ocupação do território brasileiro, sobretudo na região Sudeste, motivada pela difusão de novas terras e o conseqüente aumento do tamanho das propriedades, aliado à explosão de atividade cafeeira que se identificava em tais contornos. Já no século XX, sucessivas crises de abastecimento eventualmente ocasionadas em função do predomínio econômico do café e da cana-de-açúcar, voltados para o mercado externo, desencadeou, então, o aparecimento de pequenas e médias propriedades dedicadas ao cultivo de produtos alimentícios básicos. O crescente processo de urbanização do Brasil, atrelado ao desenvolvimento industrial verificado a partir da década de 40, contribuiu para o surgimento de áreas agrícolas destinadas à produção de matérias-primas industriais, de produtos hortifrutigranjeiros e de uma pecuária leiteira desenvolvida nos contornos dos planaltos (Atlas Histórico, 1999).

Assim, se mostra factual que a atividade agrícola brasileira se revestiu de sucessivos acréscimos tanto de produtos como de mecanismos produtivos de cultivo ao longo dos anos, fomentando, pois, o estabelecimento do agronegócio enquanto máxima da economia nacional, englobando todo o território brasileiro, sendo as regiões centro-oeste, sul e sudeste os pólos mais desenvolvidos nesses termos. No entanto, as regiões norte e nordeste vêm apresentando crescimento significativo nos últimos anos, o que corrobora o desenvolvimento da atividade em âmbito nacional como um todo.

Os recordes sucessivos nas colheitas e vendas de produtos agropecuários dos últimos tempos ressaltam o dinamismo que o agronegócio brasileiro vem galgando, tanto no que se refere aos parâmetros de qualidade, quantidade, geração de empregos e internação de divisas. Tudo isto advém, em grande parte, da conjugação de fatores como o desenvolvimento científico - tecnológico de atividades no campo, que contribui para a modernização da agricultura, tornando-a um processo dinâmico, haja vista contar com um número cada vez maior de recursos que corroboram seu implemento tais como maquinários modernos, sementes geneticamente aperfeiçoadas, fertilizantes, adubos e artifícios promotores do controle de pragas e doenças vegetais. Segundo indicadores da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2007), o Brasil será o maior país agrícola do mundo em dez anos. Ressalta-se que o país é líder mundial de exportação de oito *commodities* (açúcar, café, suco de laranja, complexo de soja, carne bovina, carne de frango, tabaco e etanol). Tendo assumido a dianteira nos segmentos de carne bovina e frango, depois de ultrapassar tradicionais concorrentes, como Estados Unidos e Austrália.

Ademais, dos bens agrícolas produzidos no país, conforme dados provenientes do Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento, 80% destinam-se ao consumo doméstico e os 20% restantes, compostos por mais de 1,8 mil produtos, são vendidos para mais de 200 países, dentre os quais os Estados Unidos, países da União Européia e do

Mercosul. Muito embora o país esteja aumentando sua presença em outros setores econômicos e consolidando-se perante novos mercados como o asiático, o africano e do Oriente Médio, o agronegócio ainda é o maior setor da economia brasileira, representado quase 30% do PIB nacional, gerando 37% de todos os empregos e respondendo por 42% das exportações, sustentando o saldo da balança comercial brasileira, segundo a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Destaca-se ainda que o respaldo que o produto agrícola brasileiro possui no exterior deve-se, em grande parte, as estratégias de promoção internacional. Nesse sentido, a Agência brasileira de Promoção de Exportações (APEX) tem desempenhado importante função. Criada em novembro de 1997 por Decreto Presidencial, a APEX vem coordenando e executando, ao longo dos anos, políticas de promoção do país, inserindo cada vez mais empresas no mercado internacional e diversificando a pauta dos produtos exportados, aumentando o volume vendido e abrindo novos mercados, além de estar permanentemente consolidando os atuais. Tudo isso atendo-se à complexidade da economia brasileira mas, principalmente, ao alto grau de sofisticação da comercialização de bens e serviços nos mercados globalizados, eis que vem desenvolvendo sistemas de planejamento, gestão estratégica e de inteligência comercial, aumentando significativamente o número de atividades e ações de promoção do Brasil no mundo, mediante, primordialmente, ações de marketing, feiras e workshops com produtos brasileiros no exterior, sendo diuturnamente imprescindível para a divulgação e consolidação da Marca Brasil em âmbito internacional.

## **OS ENTRAVES QUE OBSTACULIZAM O SETOR E PERSPECTIVAS FUTURAS**

Em pouco mais de três décadas de existência, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, (Embrapa), tem auxiliado o setor fornecendo informações concernentes aos recursos climáticos, ao solo, a água e vegetação das distintas regiões brasileiras, a criação de sistemas de manejo e transformação desses recursos com correção dos solos, plantio direto, adubação, fixação biológica de nutrientes, irrigação, controle biológico de pragas e práticas de conservação de forma a aumentar a eficiência produtiva desses ecossistemas e sua sustentabilidade ambiental. Atualmente a Embrapa centra-se na dependência da base de recursos naturais e do uso de serviços ambientais do agronegócio, haja vista que esta dependência agrava-se com a “perspectiva das mudanças ambientais globais, com as elevações de temperatura já detectadas, alterações nas distribuições de intensidade de chuvas, desequilíbrios na ecologia de pragas e doenças que representam riscos substantivos para a viabilidade técnica, econômica, ambiental e social do agronegócio em países tropicais” conforme propõe Silvio Crestana<sup>1</sup>, diretor-presidente da Embrapa.

Também as barreiras técnicas não-tarifárias para acesso a mercados para cuja solução deve concorrer a intensificação do esforço interdisciplinar da pesquisa em ciências sociais e naturais. Tais barreiras já instaladas e com expectativas de se tornarem mais restritivas, referem-se às de natureza ambiental e social. A globalização das relações sociais e econômicas adiciona a esses desafios a necessidade de intensificar os conhecimentos, meios e instrumentos de inteligência e de defesa sanitária do agronegócio, com a

---

<sup>1</sup> Vide: Informe BB .Comércio Exterior. ed. 67, ano 15. 2007

complexidade crescente, fazendo identificar antecipadamente a necessidade de avanços científicos e tecnológicos nas frentes de prevenção, diagnóstico, epidemiologia, controle e manejo de pragas e doenças, uma vez que as questões sanitárias atinentes ao agronegócio ainda são passíveis de ampla regulamentação posto que concorrem fortemente para inibir o avanço do setor.

Somado a isso, os impasses entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no âmbito do comércio agrícola, tem dificultado o acesso dos produtos brasileiros ao cenário internacional.

É notória a necessidade, no âmbito das negociações internacionais, que se presentifique a abertura agrícola. O desafio é reduzir o abismo entre países ricos e pobres (REZENDE, 2007). Os ricos podem pagar para seus agricultores não produzirem, enquanto os emergentes precisam produzir para pagarem suas dívidas, o que revela uma condição desigual de competitividade, na qual saem prejudicados, torpemente, os países em desenvolvimento haja vista a impossibilidade de paridade comercial mediante o mercado internacional.

Capdevila<sup>2</sup> aponta o desfecho de Doha em menção aos comentários proferidos por algumas personalidades internacionais imersas na égide da Rodada: A subsecretária de Economia do México, Beatriz Leycegui, considerou o fracasso de Doha uma perda para todo o mundo, porque ocorre em meio a uma crise econômica muito forte, onde há protecionismo e falta credibilidade no sistema multilateral, urgindo resultados. Já Jeremy Hobbs, diretor de umas das mais respeitadas e conhecidas Organizações Não Governamentais (ONGs) focada no combate a fome e a exclusão social, a Oxfam International, afirmou que quando os preços dos alimentos e energia sobem, as perspectivas da economia mundial se mostram incertas e o número de pobres cresce alarmantemente, gerando necessidade de um acordo mundial que prevenisse o agravamento do problema. Por sua vez, Aftab Alam Khan, da ActionAid, entidade dedicada à promoção do desenvolvimento, atribuiu a responsabilidade do fracasso aos Estados Unidos e à União Européia que não puderam pensar além dos interesses de suas empresas multinacionais, querendo se apropriar de todas as oportunidades nos mercados dos países pobres.

Assim, o que se pode ter relativa certeza, é que a realização de acordos regionais bilaterais tende a ganhar novo ímpeto com os cenários pouco otimistas em relação às negociações multilaterais, o que denota, para a economia internacional, um lastimável retrocesso.

Ademais o setor ainda resvala em outros grandes obstáculos tais quais a Infra-estrutura precária, a inexistência de instrumentos financeiros modernos para financiamento e proteção, e políticas de crédito incipientes.

Neste âmbito, no intuito de atenuar os gargalos do setor, pacotes de medidas governamentais consoantes a expansão do volume de recursos do crédito rural e queda da taxa de juros a ser cobrada em programas de cooperativas e de compras de máquinas e equipamentos mostram-se salutares, porém, insuficientes para gerir as mazelas do agronegócio brasileiro. A concessão de maiores descontos e aumento do prazo para o pagamento de dívidas passadas também garantem maior fôlego ao setor, porém muito

---

<sup>2</sup> Gustavo Capdevila em reportagem: “A Rodada de Doha ficou pra trás”. Disponível em: “<http://www.mwgloba.org/ipsbrasil.net/nota.php?idenews=3997>”

ainda há que ser implementado, eis que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, debruça-se atualmente sobre a medida provisória que trata da reestruturação da dívida do setor rural, bem como do Projeto de Lei Complementar criando o Fundo de Catástrofe, um tipo de resseguro para o setor agrícola que será acionado em caso de perdas de safra motivadas por desastres naturais.

A proposta é de que o fundo substitua o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), e funcione como um instrumento de resseguro suplementar no caso de ocorrência de catástrofes climáticas.

A previsão é de que o fundo seja constituído por um consórcio privado que contará com a contribuição das seguradoras e com subvenção pública. A idéia é que a subvenção pública para a atividade operacional do consórcio seja eventual e que seja oferecida tanto pelo Governo Federal quanto pelos governos estaduais interessados em ampliar a oferta do seguro rural. O projeto de lei prevê também uma garantia suplementar da União no caso da insuficiência de recursos do consórcio. Essa garantia terá caráter definitivo e será constituída por títulos da dívida pública mobiliária federal interna que ficarão depositados em um banco público federal à disposição do consórcio. Pelo projeto, o consórcio poderá realizar operações de resseguro e fazer aplicações financeiras dos recursos disponíveis em caixa.

A expectativa assim, é que com a efetivação do novo Fundo, aliada às ações de incentivo ao seguro rural implementadas pelo Governo Federal, aumente significativamente a oferta de coberturas para a produção agropecuária, o que contribuirá com o desenvolvimento do setor de seguro rural, instrumento fundamental para proteger o produtor das perdas resultantes de adversidades climáticas, garantir a estabilização da renda e promover a geração de emprego e o desenvolvimento tecnológico, possibilitando crescimento de Estados emergentes na participação agrícola, como o Rio Grande do Norte, nos cenários nacional e mundial, conforme desenha-se a seguir.

## **O PERFIL DA ECONOMIA POTIGUAR E O PAPEL DO ESTADO NA PRODUÇÃO DE GÊNEROS AGRÍCOLAS**

O estado do Rio Grande do Norte tinha até a década de setenta sua base econômica sustentada principalmente pelas atividades ligadas à pecuária, cana-de-açúcar, algodão e extração de sal marinho. A partir de 1980 e 1990 agrega-se à economia do estado a extração de petróleo e de gás natural onde, além da produção de óleo e gás, registra-se a operação de segmentos importantes de um complexo industrial mais diversificado, dentre esses segmentos a indústria têxtil. Outras atividades, a exemplo da carcinicultura, o turismo e a fruticultura irrigada, emergiram nesse período, contribuindo para o fomento da economia potiguar, conforme destaca Clementino (1995).

As atividades mais importantes e de maior dinamismo na formação da matriz econômica do estado são relacionadas ao agronegócio. Segundo informações da Secretaria Estadual de Agricultura (SAPE), as atividades do setor agrícola são responsáveis por mais de 70% de tudo que o Rio Grande do Norte exporta, e dos treze principais produtos comercializados

no exterior dez são oriundos desse segmento. O camarão, da carcinicultura, e as frutas são os destaques da lista de pauta.

A produção mundial de frutas aumentou 26% entre a década passada e esta, segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO, 2008). Um dos principais fatores desse desempenho foi o aumento da demanda por alimentos saudáveis. A participação do Brasil no mercado externo de frutas tem crescido consideravelmente, como resultado da combinação de avanços tecnológicos do setor produtivo com maior acesso a novos mercados consumidores. Nesse contexto, agronegócio de frutas no semi-árido tem representado um segmento importante na economia nacional contribuindo para o desenvolvimento dos estados localizados nessa região.

O Rio Grande do Norte se tornou um dos maiores produtores da fruticultura tropical. Solo fértil, sol o ano inteiro, poucas chuvas e grande quantidade de água no subsolo e em barramentos são condições excepcionais que permitem mais de uma colheita por ano. Com uma produção situada principalmente na área de influência do município de Mossoró (Vale do Açu e Baraúna), a fruticultura se configura num segmento de expressiva importância. Com um PIB agrícola estimado em US\$ 384 milhões, o estado é detentor de um pólo de fruticultura irrigada, onde se concentram quase todos os projetos de aproveitamento de recursos hídricos (EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2007). Segundo o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (2007), cerca de 40% do território é constituído de solos e clima apropriados à irrigação, e com a introdução de modernas tecnologias que refletem em ganhos de produtividade, o setor vem aumentando gradativamente sua participação na economia estadual, eis que o Rio Grande do Norte é o segundo maior produtor de frutas tropicais irrigadas do Brasil e o principal produtor e exportador de melão. As demais culturas que utilizam a irrigação, como a manga, a melancia e o mamão têm apresentado perspectivas de uma maior participação nesse ramo de atividade voltado para o mercado externo. O mamão é um dos produtos que mais vem ganhando notoriedade na fruticultura do estado, e as três maiores exportadoras brasileiras desta fruta já possuem filial no território potiguar.

Assim, as condições climáticas extremamente favoráveis ao cultivo de fruteiras adaptadas ao solo tropical somadas a utilização da irrigação, tem possibilitado a produção, com qualidade, de uma grande variedade de frutas, destinadas ao mercado nacional e internacional. A área agrícola do RN está em torno de 20.000 hectares, dos quais 90% situada no Pólo Açu-Mossoró, conforme dados da Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico (RIO GRANDE DO NORTE, 2008).

Diversos programas de qualidade na cadeia de produção vêm sendo implementados com intuito de tornar os produtos brasileiros competitivos no exigente mercado internacional. Os projetos têm sido adotados em diversos ramos produtivos, especialmente em mercados de produtos perecíveis como as frutas, que têm forte aceitação internacional. A Produção Integrada de Frutas (PIF), criada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visa à elevação dos padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado globalizado. Esse sistema possibilita o rastreamento da produção, conferindo ao agricultor um selo de certificação e ao exportador, a qualidade da fruta. Isso reduz sobremaneira o impacto negativo do sistema produtivo no meio ambiente, a partir do uso racional de produtos químicos. A certificação

das frutas agrega valor ao produto, assegurando a competitividade e geração de empregos e renda aos produtores nacionais.

A garantia de uma certificação constitui-se imprescindível uma vez que o mercado mundial consumidor de frutas tem estabelecido requisitos sanitários rigorosos, exigindo garantias de qualidade e inocuidade, o que requer a adoção de uma visão diferenciada de produção priorizando a qualidade não só do produto, mas também do meio ambiente. Além disso, parcerias entre o Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF), a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), e outras associações do setor, são essenciais para promover a fruticultura nacional no cenário externo. Para isso, utilizam-se de feiras como o *Brazilian Fruit*, que através de estandes promotores e distribuição de folhetos promocionais com receitas, divulgam produtos e marcas nacionais diretamente aos compradores em várias partes do mundo. Inclui também a participação em feiras e rodadas de negócios internacionais.

Nesse aspecto, o estado tem como diferencial competitivo o apoio da EMPARN, vinculada a Secretaria de Agricultura, da Pecuária e da pesca (SAPE), que tem função de promover, planejar, estimular e executar atividades de pesquisa e experimentação, que produzam conhecimento e tecnologia viáveis a execução de planos de desenvolvimento agropecuário no RN. As linhas de pesquisa da EMPARN para a Fruticultura Tropical englobam: fitossanidade; nutrição e adubação; irrigação; produção de mudas; e, espaçamento, condução e poda. Esses estudos visam definir sistemas de produção sustentáveis para fruteiras tropicais, com ênfase na melhoria da qualidade dos frutos e no aumento de produtividade, na redução de custos de produção, no manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas; no desenvolvimento de variedades adaptadas aos ecossistemas do RN; e no desenvolvimento de tecnologia de sementes e mudas.

Desta maneira, a fruticultura potiguar ganhou novas perspectivas de mercados, especialmente, depois que os Estados Unidos anunciaram a ampliação da área livre da mosca de fruta no estado, beneficiando mais 13 municípios produtores de melão e melancia, agora aptos a exportar seus produtos ao mercado norte-americano. Até então, só Mossoró, Areia Branca e Açú podiam exportar frutas para os Estados Unidos. Com a medida, a área total de produção do melão e melancia na área livre da mosca de fruta no Rio Grande do Norte é de aproximadamente 8 mil hectares, com potencial de produção de 310 mil toneladas. A medida contou com a chancela do Serviço de Inspeção de Saúde Animal e Vegetal (Alphis) do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, que reconheceu o trabalho realizado pelo governo estadual, por meio do Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte e do Comitê executivo de Fitossanidade (Coex), com apoio do Departamento Vegetal do Ministério da Agricultura (COMITÊ EXECUTIVO DE FITOSSANIDADE, 2008).

Na América do Sul, apenas Brasil e Chile derrubaram barreiras levantadas contra as importações de frutas por parte dos Estados Unidos. O RN e o Ceará são os únicos Estados brasileiros com autorização para penetrarem no mercado norte-americano com estes produtos. A expansão abrange os municípios de Açú, Afonso Bezerra, Alto do Rodrigues, Areia Branca, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Ipanguaçu, Mossoró, Porto do Mangue, Serra do Mel, Tibau e Upanema (Coex 2008). Tal fato tem imensa relevância uma vez que, os Estados Unidos é o principal destino das exportações do Estado, com um índice de 30% da produção. A Holanda está em segundo lugar com 12,9% dos produtos exportados, seguida

da Espanha e França com média de 8% para cada país (RIO GRANDE DO NORTE, 2008).

Outro ramo de destaque no agronegócio potiguar é a carcinicultura (cultivo de camarão em cativeiro), atividade que mais cresce no ramo da aquíicultura no mundo. O Brasil ocupa atualmente a décima posição entre os países produtores e se coloca na posição de liderança mundial na taxa de crescimento anual, e o RN se coloca como produtor líder nacional, Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BRASIL, 2005). De acordo com levantamento da Associação Brasileira de Criadores de Camarão, o Estado contabiliza 362 fazendas de cultivo distribuídas por uma área de 5.402 hectares. No primeiro trimestre de 2005, foram exportadas 4,7 mil toneladas do crustáceo, aproximadamente 80% da produção potiguar, com destaque para os municípios de Canguaretama, Pendências, Maxaranguape, São Gonçalo do Amarante e Mossoró.

Assim, a economia do Rio Grande do Norte tem apresentado, nas duas últimas décadas, um comportamento bastante diferenciado dos demais Estados nordestinos e até mesmo do Brasil, com taxas médias de crescimento sempre acima das médias regional e nacional. Na década de 70, por exemplo, o Rio Grande do Norte apresentou uma taxa média de crescimento de 10,3% ao ano, enquanto o PIB nacional cresceu a 8,6% e o Nordeste apresentou um crescimento de 7,4% ao ano. (RIO GRANDE DO NORTE, 1997). Atualmente, o Estado continua apresentando crescimento no setor de exportação agrícola. De acordo com os dados divulgados pela Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico, nos primeiros três meses deste ano fechou com US\$ 96,3 milhões em vendas externas. O crescimento apontado, em comparação ao ano anterior, foi de 17%, superando a média nacional (15,4%) e bem acima a da região Nordeste (12,8%).

Este crescimento se dá, com mais ênfase, em função da importante participação do Estado com seus incentivos. As políticas adotadas dentro do estado para o comércio internacional são em grande parte ações tomadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio as pequenas e micro Empresas (SEBRAE), que concede desde cursos de capacitação até financiamentos. Outra grande parte dos incentivos vem do Governo Federal com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (Proadi), esse oferece incentivos econômicos para o desenvolvimento industrial. Do mesmo modo, o governo federal junto ao estadual formou a Central Fácil de Comércio Exterior, com autorização para fornecer grande parte da documentação necessária para colocar produtos no exterior. A Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC) e Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte/ Centro Internacional de Negócios (FIERN/CIN) também são órgãos de intervenção dentro do estado que apóiam e norteiam o rumo que empreendedores devem tomar no exterior.

A produção agrícola do RN, especificamente no que concerne a fruticultura, apresenta grande avanço tecnológico. Os produtos oriundos dessa inquestionada ação modernizadora, enquanto atividade produtiva tem extrapolado os limites geográficos da região, incorporando-se ao seletivo cenário mundial. Porém, mesmo com a utilização cada vez mais intensa de recursos de alta tecnologia nas lavouras, o modelo desenvolvido pelo agronegócio potiguar dá sinais de que o investimento privado é insuficiente para o seu crescimento de forma sustentável e com maior velocidade. Resta, conforme Pinheiro (1991), recorrer a mecanismos de incentivo do Estado, como também ao financiamento através de bancos como o BNDES e o Banco do Nordeste, os quais possuem linhas de crédito específicas.

Além disso, o Estado tem realizado outras ações para dinamizar a fruticultura irrigada, como priorizar a ampliação da infra-estrutura e a ação institucional via serviços de assistência técnica, pesquisa agrícola, vigilância sanitária e crédito. Com isso, as áreas de produção tem sido ampliadas para atender o mercado externo. Desde 2002, tem se observado uma intensificação nos investimentos tanto no campo como, e principalmente, na infra-estrutura de pós-colheita e comercialização (câmaras frias, packing houses, mão-de-obra e transporte). Tudo isso para se enquadrar nas exigências feitas pelos países importadores europeus (VITTI et al, 2004).

Contudo, a maior contribuição do nordeste como um todo, conseqüentemente do estado potiguar, para o combate à crise alimentar mundial está nos agricultores familiares da região. Isso se deve ao fato destes serem menos dependentes de produtos químicos, do petróleo e de máquinas, uma vez que o sistema de cultivo baseia-se em princípios mais adaptáveis a um modelo voltado para a preservação do meio ambiente e ao aumento da produção de alimentos.

## **AGRICULTURA FAMILIAR**

A chamada agricultura familiar, constituída por pequenos e médios produtores, representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, dos quais 50% no Nordeste. O segmento detêm 20% das terras e responde por 30% da produção global. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais chega a ser responsável por 60% da produção, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2008).

A importância e o papel da agricultura familiar vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. O agricultor familiar é importante na reeducação do processo produtivo, uma vez que valoriza as especificidades regionais e considera as questões ambientais. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) vem contribuindo para promoção do desenvolvimento rural sustentável, através da prestação de apoio técnico e financeiro, colocado à disposição da pequena produção. No Nordeste, a agricultura familiar ocupa 82,93% do total da mão-de-obra utilizada na agricultura, conforme dados do Instituto Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 2007).

No Rio Grande do Norte, 45 municípios participam do PRONAF (EMPARN, 2008). O programa de Produção da Agricultura Familiar procura identificar tecnologias, produtos ou melhorias dos sistemas de produção que proporcionem o aumento da oferta quantitativa e qualitativa de alimentos básicos, melhorar o uso dos recursos naturais e a gestão do espaço rural, contribuindo para maior preservação dos meios físico e cultural, melhorar a renda das unidades produtivas familiares assegurando, com isso, a reprodução dos seus meios de produção e acumulação, evitando sua pulverização fundiária e a proletarização dos seus componentes. O programa estabelece ações de avaliação do risco agrícola, caracterização dos principais sistemas de produção das microrregiões, a viabilização sócio-econômica,

determinação de cadeias. Com isso, espera-se caracterizar os principais estratos representativos da agricultura familiar, gerar e adaptar tecnologias que melhorem a eficiência e a sustentabilidade dos sistemas de produção familiar, gerar e adaptar técnicas gerenciais e organizacionais que permitam a melhoria da gestão.

O fortalecimento da unidade produtiva familiar tem sido fundamental para o resultado dos indicadores estatísticos produzidos a respeito do setor agrícola do Estado, os quais revelam a importância do segmento no contexto geral da economia regional. É importante ressaltar, no entanto, que o agronegócio local ainda é uma atividade emergente, tendo participação pequena no montante total das exportações brasileiras, contudo, o Rio Grande do Norte vem mostrando um crescimento progressivo e alinhando oportunidades tais como recursos naturais, mão de obra, localização estratégica e incentivos fiscais. Segue, desta forma, um próspero caminho, com perspectivas de crescimento, sobretudo pela demanda elevada devido à crise mundial de alimentos.

### **A CRISE INTERNACIONAL DE ALIMENTOS E SEUS REFLEXOS NO ÂMBITO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

Em um milênio onde uma das metas é erradicação da pobreza e da fome, o mundo assiste a uma crise de alimentos em âmbito global, tornando vulnerável o equilíbrio alimentício mundial. O preço dos alimentos subiu em média 83% nos últimos três anos, segundo o Banco Mundial (2008). Em apenas um ano, houve fortes aumentos na cotação internacional do milho (31%), do arroz (74%), da soja (87%) e do trigo (130%).

Acredita-se que uma combinação de tendências em longo prazo culminou em tal cenário. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) para Agricultura e Alimentação (FAO) os principais fatores que influenciam a alta dos preços dos alimentos são o aumento da demanda, a alta do petróleo, a especulação e condições climáticas desfavoráveis. Há controvérsias sobre a dimensão da responsabilidade dos biocombustíveis, cujas matérias-primas (cana, milho e outras) disputam espaço com culturas destinadas à produção de comida.

É um paradoxo: a melhoria das condições de vida das pessoas é um dos fatores de aumento da fome mundial. Segundo dados divulgados pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), o PIB per capita cresceu 3,7% na América Latina, 3% na África e 6,2 % na Ásia. Tudo isso gerou mais divisas e proporcionou melhorias no padrão de vida, especialmente de países emergentes como Brasil, Índia e China. Com mais dinheiro, eles estão comendo mais e melhor, isso significou intensificação da demanda mundial principalmente por carnes e derivados de leite. Enquanto nos países em desenvolvimento (PEDs), ocorre o crescimento do consumo de alimentos, puxado por fatores econômicos, aumento populacional e mudança no padrão alimentar, estima-se que nos países desenvolvidos a mudança na demanda por produtos alimentícios seja não quantitativa, mas qualitativa. Nas economias em expansão, com mais gente comprando, vale a lei da oferta e da procura, os produtos se valorizam no mercado e ficam mais caros.

O petróleo é outro apontado como uma das razões do índice inflacionário, uma vez que seu preço causa impacto em toda a cadeia de produção e distribuição de alimentos. A

agricultura moderna consome muita energia, quase todas as fazendas usam óleo diesel para movimentar as máquinas, e os fertilizantes possuem também diversos componentes vindos do petróleo. Além disso, o combustível mais caro eleva o preço do transporte dos alimentos para os centros consumidores, elevando o preço final da comida.

Alguns alimentos tornaram-se itens de especulação financeira no mercado internacional. Por sua importância são negociados como *commodities* nos mercados futuros. A alta no preço dos alimentos e a crise nos Estados Unidos levaram a um acréscimo do número de investidores nesse ramo à espera de lucro rápido. Isso estimulou mais ainda o aumento de preços nos mercados reais. Além disso, a base para a cotação das *commodities* é o dólar, assim, quando há queda no valor dessa moeda os investidores forçam aumento do preço desses produtos para compensar.

O clima é outro fator que reduziu a quantidade de alimentos produzida no mundo, segundo relatório da ONU divulgado em abril deste ano. Alterações climáticas decorrentes do processo de aquecimento do planeta têm gerado períodos de secas e chuvas intensas com mais frequência, prejudicando a produtividade de lavouras ao redor do mundo. Longos períodos de seca na Austrália, enchentes e secas nos Estados Unidos e secas nos últimos anos no sul do Brasil afetaram seriamente a produção de alimentos. Outros fatores ambientais como terremotos e pragas também influenciaram a queda dos estoques mundiais.

Um dos assuntos principais na agenda mundial das últimas semanas tem sido a competição pelo uso da terra entre energia e alimentos. Assim, discussões acerca do aumento de áreas cultiváveis de espécies vegetais que proporcionariam tal intento como a cana-de-açúcar, por exemplo, se constituem em máxima no cenário internacional atual.

Em artigo intitulado “Escassez de alimentos é passageira?”<sup>3</sup> o economista e analista de mercado da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), Pedro Arantes, aponta os biocombustíveis como sendo apenas um dentre os vários elementos que concorreram para a tal crise. Ele ressalta que o atual cenário já se delineava desde meados do ano de 2001, evidenciando a “crise entre a oferta e a demanda mundial dos três principais tipos de grãos consumidos no mundo: trigo, milho e arroz. Juntos, eles correspondem a cerca de 1,8 bilhões de toneladas por ano, representando 88,5% do total de grãos produzidos, que efetivamente tiveram seus estoques mundiais reduzidos em 199 milhões de toneladas entre 2001 e 2007.”

Assim o autor pontua essa crise de suprimento de alimentos como decorrente de problemas estruturais de solução de médio e longo prazo, e por fatores conjunturais como os problemas climáticos. Dentre os fatores estruturais, o que parece ser de mais difícil solução – e que já vem se arrastando por quase cinco anos de discussão – são os subsídios concedidos pelos países e continentes desenvolvidos como os Estados Unidos e a Europa, tal qual as questões já supracitadas concernentes ao impasse da Rodada de Doha.

A crise financeira dos Estados Unidos é outro aspecto conjuntural que veio para agravar mais ainda os níveis de preços dos grãos no mercado mundial. “Ela causou uma grande migração de capitais especulativos para as bolsas de mercados futuros agrícolas, provocou uma alta artificial nos preços destas *commodities* e gerou uma grande volatilidade em suas

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=23796>

cotações”, arremata o economista. Além disso, os milhões de dólares prometidos por líderes mundiais na reunião Alimentar da FAO em Roma, em julho deste ano, tem sido investidos nos mercados financeiros.

Contudo, o recente desaquecimento econômico teve como consequência a redução na demanda global, uma valorização do dólar e redução de preços de importantes insumos como o petróleo. Além disso, a saída de fundos de investimento dos mercados de *commodities* reduziu substancialmente a especulação nesses mercados. Mais baixos os preços dos alimentos são boas notícias para os consumidores, contudo, mas não pode ser sustentado se eles são apenas uma indicação de oferta excessiva no mercado, dado o cerceamento de empréstimos bancários, uma vez que a limitação de recursos pode prejudicar o desenvolvimento agrícola.

O articulista americano Paul Krugman também elenca alguns fatores que corroboraram a crise, como os altos custos do petróleo:

*High oil prices, by the way, also have a lot to do with the growth of China and other emerging economies. Directly and indirectly, these rising economic powers are competing with the rest of us for scarce resources, including oil and farmland, driving up prices for raw materials of all sorts (Informação Verbal)<sup>4</sup>.*

E o autor assevera: Modern farming is highly energy-intensive: a lot of B.T.U.'s go into producing fertilizer, running tractors and, not least, transporting farm products to consumers. With oil persistently above \$100 per barrel, energy costs have become a major factor driving up agricultural costs (Informação Verbal)<sup>5</sup>.

Ainda no tocante a crise, Krugman ressalta também os estoques nacionais de alimentos, estes que costumeiramente eram mantidos pelos países para a ocasião de eventuais safras ruins, foi ao longo dos anos encolhendo, uma vez que todos acreditavam que os países que sofressem quebra de safra sempre poderiam importar o alimento necessário, deixando o equilíbrio mundial de alimentos altamente vulnerável a uma crise tal qual a que se desenha atualmente.

Muito embora tal tendência revele-se peremptoriamente catastrófica para muitos países, para a América Latina, e mais precisamente para o Brasil, a crise pode revelar-se no mínimo conveniente. Eis que é unísono internacional que a região é a mais “habilitada” para reverter à crise que hoje se presentifica. O país é, assim, o maior beneficiário dessa conjuntura, uma vez que vem de uma safra muito boa, rentável, com muito investimento em tecnologia. O que implica em aumento de produtividade e dá uma boa perspectiva. A previsão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é que, neste ano, a safra atinja um recorde de 142,03 milhões de toneladas de grãos colhidos. Esse

---

<sup>4</sup> Tradução livre: “[...] os altos preços do petróleo muito tem a ver com o crescimento da China e de outras economias emergentes. Direta e indiretamente, estas potências econômicas em ascensão estão competindo com os demais países por recursos escassos, incluindo petróleo e terras agrícolas, elevando os preços de matérias-primas de todo tipo”. KRUGMAN, Paul. Grains Gone Wild. Disponível em: “<http://www.nytimes.com/2008/04/07/opinion/07krugman.html>”

<sup>5</sup> Tradução livre: “A agricultura moderna é altamente intensiva em energia. Muita é usada na produção de fertilizante, na operação de tratores e no transporte dos produtos agrícolas aos consumidores. Com o petróleo persistentemente acima de US\$ 100 o barril, os custos de energia se tornaram o principal fator a direcionar os aumentos dos custos agrícolas.” Op. Cit.

volume representa um crescimento de mais de 120% em apenas dez anos – a safra 1997/1998 foi de 76,558 milhões de toneladas de grãos.

A América do Sul é uma das poucas regiões do mundo com condições de aumentar sua área de produção e sua produtividade, haja vista a disponibilidade de terras cultiváveis, tendo, por conseguinte amplas condições de majorar a produção agropecuária. No tocante ao Brasil, é um país que tem terra, água, sol, condições geográficas, tecnologia avançada e a maior estrutura de pesquisa agrônoma de qualidade no que concerne ao cenário latino americano (BRASIL, 2008). Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o agronegócio brasileiro é uma atividade rentável. Com um clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil tem 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade. Esses fatores dão ao país a vocação natural para a agropecuária e todos os negócios relacionados à suas cadeias produtivas. O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira.

Antunes<sup>6</sup> aponta que o Governo Lula, vislumbrando tal oportunidade, analisa a crise internacional dos alimentos como um desafio positivo para o país. O Governo afirma que para combater a alta dos preços, elevar a produção será a principal arma. A meta é dobrar a produção da agricultura familiar até 2010. A prioridade é combater a inflação e a crise americana aumentando os investimentos em produção.

Assim, a tendência do Brasil é ter uma participação cada vez maior no mercado de produtos agrícolas. Em abril de 2008, o governo anunciou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) da Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (Embrapa), que prevê aplicação de quase 1 bilhão de reais até 2010. A Embrapa foi criada em 1973, em meio a outro ciclo de alta nos preços dos alimentos e teve papel preponderante nessa trajetória, tornando-se referência internacional em pesquisas agropecuárias.

Não obstante a crise de alimentos apresente-se como oportunidade de fomento em termos de produção, gera preocupação quanto a disponibilidade dos produtos aos consumidores de baixa renda. O que falta a América Latina como um todo é melhorar a distribuição de renda, salários e poder aquisitivo da população.

Por essas razões, vale-se ressaltar que apesar dos muitos predicados a favor do país, insurge ainda a necessidade de se investir em equipamentos e atrair mão-de-obra para a agricultura sem que isso agrave as desigualdades, ou seja, incentivar a agricultura familiar, as cooperativas e os pequenos produtores e, por fim, a reforma agrária mostra-se salutar mediante tal contexto.

Diante de tal cenário, com a defesa de que os subsídios agrícolas são os maiores responsáveis pelas altas global de preço dos gêneros alimentícios, e não a produção de biocombustíveis ou a forte demanda das nações em desenvolvimento, como argumentam os países ricos, os representantes do Brasil, Rússia, Índia e China, as quatro maiores economias emergentes do mundo, reunidos no grupo denominado BRICs, buscam ratificar seu peso na economia global, ampliar a cooperação recíproca em uma série de frentes para encontrar formas de minimizar o fardo da disparada do preço dos alimentos e, ainda,

---

<sup>6</sup> Reportagem do jornalista Fernando Antunes. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u428968.shtm>

discutir uma possível estratégia conjunta para enfrentar a crise econômica mundial e de fortalecer a segurança alimentar e a estabilidade internacionais.

## **PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS X PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL E NO RN**

A competição pelo uso da terra entre energia e alimentos, premente no momento, tem sido apontada como uma das razões relevantes no aumento do custo dos alimentos. Os biocombustíveis, que por muito tempo receberam apenas elogios ao possibilitar uma alternativa sustentável à escassez do petróleo, com a crise mundial de alimentos têm sido apontados como “culpados” pela escalada nos preços, que subiram 83% nos últimos três anos, segundo Indicadores econômicos (Brasil, 2008).

A crise afeta o Brasil em um momento em que o governo lança uma ofensiva para promover o etanol à base de cana-de-açúcar, aproveitando uma onda mundial de protestos contra mudanças climáticas. Em meio aos esforços do governo e de empresários brasileiros para promover o etanol combustível e o biodiesel, representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) fazem críticas ao uso em larga escala dos biocombustíveis como alternativa às fontes de energia fósseis. Isso porque os seus críticos os relacionam ao aumento nos preços mundiais de alimentos. O Banco Mundial considera o desvio de produtos agrícolas para a área de geração de bioenergia o fator mais influente no aumento do preço e escassez de alimentos, sob o argumento de que mais de 10% do milho mundial é utilizado pelos Estados Unidos na produção de etanol. No Brasil, a cana-de-açúcar também é acusada de substituir lavouras de produção de alimentos, chegando algumas autoridades internacionais a incluir o Brasil como um dos responsáveis pela inflação dos produtos alimentícios, devido à sua avançada produção de álcool.

Os que defendem a bioenergia pontuam, no entanto, que as áreas plantadas para a produção de etanol são muito pequenas – cerca de 1% do total cultivado no planeta, segundo a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). Além disso, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), afirma que a relação entre a produção de matéria primas e alimentos pode ser harmonizada. E, ainda, que sem os combustíveis alternativos, o preço do petróleo subirá ainda mais, com mais guerras e fome. Ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos e em países da Europa, no Brasil a produção de etanol não tem efeitos sobre a produção agropecuária, uma vez que o país tem áreas suficientes para produzir cana-de-açúcar e oleaginosas destinadas, respectivamente, a produção de etanol e de biodiesel, sem que seja necessário ocupar terras de outras culturas, como soja, milho, feijão, algodão e arroz. Estudos da FAO mostram que há mais de 60 milhões de hectares de terras apropriadas, no Brasil, para o plantio da cana.

O fato do Brasil plantar cana, principal insumo na produção biocombustível etanol, extensivamente desde 1600, tendo abastecido na década de 80 mais de 90% da frota automotiva com álcool, e mesmo assim, mantido o preço dos alimentos em patamares baixos, bem como a porcentagem de área colhida de cana-de-açúcar girar em torno de 10% da área colhida total de alimentos desde 1996, conforme dados do IBGE, são fortes indícios de que a produção brasileira de biocombustíveis não tem influenciado de forma relevante o aumento do preço das *commodities* alimentícias.

Assim, apesar da crise de alimentos ter levado muitos países a rever suas políticas de incentivo a biocombustíveis e das críticas de entidades consolidadas como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil segue com a produção de álcool e biodiesel em larga escala. Os pesquisadores de todo o país têm buscado maneiras de aumentar a produção dos biocombustíveis. No Rio Grande do Norte o trabalho vem sendo desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em parceria com a EMPARN, além disso, a estatal Petrobras, com destaque na pesquisa e produção de biodiesel, montou no estado duas unidades experimentais de produção deste biocombustível, no parque industrial de Guamaré.

Ambas as unidades produzem a partir da mamona e de outras oleaginosas, podendo atingir capacidade entre 18 mil e 20 mil toneladas de biodiesel por ano, além disso, pesquisas em torno do sorgo sacarino, potencial matéria-prima para a produção de álcool, já se encontram bastante avançadas. A perspectiva é que o Estado se torne um dos grandes produtores de biocombustível nos próximos anos, segundo o Programa de Biodiesel da Petrobras, que trabalha em parceria com o Governo do Estado. A empresa confirmou, ainda, a instalação de uma planta industrial que será construída em dois módulos, sendo o primeiro com capacidade para produzir 9 mil toneladas de biodiesel por ano, previsto para ficar pronto em setembro de 2010. O segundo módulo industrial produzirá mais 11 mil toneladas/ano a partir de 2011, volume suficiente para abastecer o mercado potiguar da mistura de 5% (B5) de biodiesel ao diesel comum, que começará a ser obrigatória em 2013.

O governo brasileiro está em pleno mapeamento da agricultura, de modo a ter alimentos plantados de forma distribuída. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), há dois projetos importantes em curso. O primeiro é o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, que trata do ordenamento territorial como um todo. No caso da Cana, o Ministério da Agricultura coordena o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar (ZAEcana). Com o Zoneamento da cultura canavieira o cultivo da cana passará dos atuais sete milhões de hectares para treze milhões, até 2017, prevê o Ministério.

A Agência Internacional de Energia (AIE) apontou no ano passado o Brasil como um dos países com maior competitividade no mundo na produção de biocombustíveis como etanol e diesel a partir de vegetais. Ao mesmo tempo, suas projeções são de que os biocombustíveis poderão suprir 30% do combustível usado globalmente pelos meios de transportes até 2020, comparado a apenas 2% atualmente. Para a AIE e também para a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), o Brasil é um dos países com maior capacidade de abocanhar fatias de mercado de energia renovável, aumentando a renda da exportação agrícola, ao lado de China, Índia, Malásia e África do Sul.

Segundo informações do Programa de Biodiesel, esse combustível renovável terá significativo impacto na balança comercial brasileira. O uso comercial do B2 (mistura de 2% do biodiesel ao diesel) cria um mercado potencial para a comercialização de 800 milhões de litros de biodiesel/ano, o que representa uma economia anual da ordem de US\$ 160 milhões na importação de diesel. Com o biodiesel, evitou-se a importação de 1,1 bilhões de litros de diesel de petróleo em 2008, o que representa um ganho de aproximadamente US\$ 976 milhões na balança comercial. Mesmo assim, a importação

líquida de diesel ultrapassou 4 bilhões de litros em 2008, com aumento de 36% em relação a 2007. O dispêndio dessa importação foi US\$ 4,9 bilhões (+97%), contra US\$2,5 bilhões em 2007. Ou seja, aumentou-se a dependência do país num combustível específico, seja em termos de volume demandado, seja em valor monetário.

Assim, além do fato positivo dos biocombustíveis possibilitarem fomento da balança comercial brasileira, que no acumulado do ano até o mês de maio registra superávit de 9,3% em relação ano mesmo período do ano anterior, (MDIC). Há, ainda, de se considerar os efeitos indiretos de sua produção e uso, que propicia a movimentação de economias locais e regionais, gerando novos empreendimentos e empregos. Deve-se, contudo, para aproveitar tal potencialidade, atentar para a questão ambiental, de modo que se desenvolva uma produção sustentável e equilibrada.

### **A QUESTÃO AMBIENTAL NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA**

O crescimento da economia mundial a taxas tão elevadas e por tão longo tempo, tem criado esse cenário de escassez e elevação no preço dos alimentos, já que, o aumento da renda promove, também, aumento de demandas por matérias-primas, energia e alimentos, o que gera descompasso entre oferta e demanda, como tratado em abordagem anterior.

Tal fato pode constitui-se oportuno para o Brasil, uma vez que o país é o único do mundo com todas as condições (espaço, clima, tecnologia, água e estrutura de produção de agronegócio) para aumentar a produção, segundo estudo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Desta maneira, o Brasil tem assumido posição de destaque no comércio agrícola mundial nos últimos anos, passando a ocupar posições de liderança em vários setores da atividade agropecuária, conforme avalia o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). De 1990 até hoje, a produção das principais cadeias do agronegócio brasileiro cresceu acima do consumo mundial, o que significa que o País ganhou participação de mercado na exportação mundial. O Brasil tem o maior saldo na balança comercial agrícola do mundo, de acordo com dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), e figura entre os maiores exportadores de uma série de produtos agrícolas, como soja, carne bovina, carne de frango, café, suco de laranja entre outros.

Contudo, para que o Brasil utilize o cenário para aproveitar as oportunidades que se desenham, obtendo destaque em âmbito mundial, é necessário que se resolvam, internamente, questões de legislação ambiental. Se aplicado no seu formato atual, o Código Florestal penalizaria com pesadas multas metade das atuais seis milhões de propriedades rurais, fazendo com que aproximadamente 1 milhão deles, que representam cerca de 20% da produção rural do país, perdesse a condição de continuar produzindo, conforme estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa, 2008). Ainda assim, a ameaça representada pela presença do Brasil como competidor forte no cenário agrícola mundial tem ensejado críticas de que o crescente poder de competição do agronegócio brasileiro estaria se dando à custa da degradação ambiental e da exploração da mão-de-obra barata no campo. Nas negociações internacionais, o Brasil vem sendo muito cobrado sobre questões ambientais e laborais.

Sem desconhecer que ainda temos problemas nestas áreas, não se pode deixar de reconhecer, também, que estão ocorrendo avanços significativos, resultado da crescente conscientização do Estado e do produtor sobre a necessidade de adotar práticas agrícolas ecologicamente sustentáveis e socialmente justas. Exemplo disso é a preocupação do governo em investir em pesquisas que visam o aumento da produtividade em sintonia com a preservação do meio ambiente, com a liberação de R\$ 1 bilhão para a Embrapa, e de uma linha de crédito para agropecuaristas interessados em recuperar áreas degradadas.

A produção brasileira de grãos cresceu 111,6% desde o início da década de 90, passando de 57,8 milhões de toneladas na safra 1990/91 para 122 milhões de toneladas na safra 2002/03. Neste período, a área plantada com grãos no período evoluiu 15,6%, passando de 37,8 milhões de hectares para 43,7 milhões de hectares na última safra. Portanto, nesse período, o principal fator responsável pelo aumento expressivo da produção de grãos foi o aumento de 94% da produtividade física das lavouras, (BRASIL, 2008).

A crescente incorporação de tecnologias modernas, geradas por organismos públicos e privados de pesquisa, além do gerenciamento empresarial da atividade agrícola são os principais fatores que alavancaram os ganhos de produtividade do setor. Portanto, vale registrar que o crescimento da produção de grãos no Brasil, nos últimos anos, ocorreu de forma intensiva e não extensiva. Este fato, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), desmistifica a idéia de que o aumento da produção brasileira de grãos vem ocorrendo através da incorporação de áreas novas, principalmente por meio da devastação de florestas. A CNA pontua, ainda, que nos últimos 13 anos, o aumento de 5,9 milhões de hectares ocorreu em regiões de cerrado do Centro Oeste, principalmente em áreas de pastagens degradadas que foram recuperadas para o plantio de grãos.

Segundo a Embrapa, a área total do território brasileiro é de 851 milhões de hectares. Deste total, apenas 6,7% é destinado ao cultivo de lavouras temporárias (4,9%) e permanentes (1,8%). A área ocupada pela floresta Amazônica (41,1%) e a ocupada por pastagens (25,9%) representam praticamente 2/3 da ocupação do solo no Brasil. A Embrapa estima que existam, ainda, cerca de 90 milhões de hectares de áreas agricultáveis disponíveis para serem incorporadas ao plantio, sem nenhum impacto ambiental.

Vale destacar, ainda, que o Brasil dispõe de uma legislação ambiental restritiva em termos de ocupação do solo, sem paralelo em outros países. A legislação atual prevê o instituto da chamada reserva legal, que define compulsoriamente os percentuais do estabelecimento agrícola que, dependendo da localização do imóvel rural, deverão ser retirados do processo produtivo. Nos estabelecimentos agrícolas situados em áreas da floresta Amazônica, o índice de reserva legal é de 80%, ou seja, o produtor poderá dispor de apenas de 20% da área do imóvel para a atividade agropecuária. Em áreas de cerrado situadas na Amazônia, este índice é de 35%, caindo para 20% nas demais regiões do País. Tanto que, O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), defende a necessidade de uma rediscussão da legislação, uma vez que O Código Florestal, de 1965, já sofreu alterações em praticamente 80% de seus artigos, além de um arcabouço de portarias e decretos surgidos criando um conjunto extremamente volumoso de normas e regras, muitas delas conflitantes entre si.

É importante considerar que a agricultura brasileira tem feito significativos progressos quanto à observância da variável ambiental no sistema de produção por meio do sistema de Plantio Direto (PD). Hoje, o PD é amplamente reconhecido como uma das tecnologias

mais importantes para a preservação do solo e, conseqüentemente, dos recursos hídricos. A utilização do Plantio Direto na produção de grãos no Brasil demonstra que é possível perseguir, com sucesso, a alta produtividade, aliada ao manejo adequado do solo, da água e à preservação e conservação de áreas naturais no meio rural.

O potencial agrícola brasileiro é, ainda, um grande trunfo para a promoção do desenvolvimento econômico e social do País, pois gera empregos, renda e exportações, interiorizando o desenvolvimento. O mapa do Brasil mostra que cerca de 4.500 Municípios, onde vivem 52 milhões de brasileiros, dependem do desempenho do setor agrícola. São pessoas que trabalham diretamente no campo ou que mantêm atividades relacionadas com a atividade agrícola, ou ainda cujos negócios dependem do crescimento da produção agropecuária (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009).

Estudos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para avaliar a geração de empregos a partir do aumento da demanda indicam que, cada milhão de reais investidos na cadeia produtiva agropecuária gera 202 empregos, contra 149 no setor de comércio, 111 no setor de construção e 85 das montadoras de veículos. A resposta é mais rápida na agricultura, pois os empregos aumentam logo após o início dos investimentos. Estes estudos revelam, também, que entre os 10 principais setores da economia com maiores impactos no nível de emprego, oito deles têm como base de referência a produção agrícola e pecuária. O crescimento do emprego vem acompanhado por uma crescente formalização do trabalho rural, o que denota a melhoria qualitativa do trabalho no campo.

Por fim, destaca-se que o enfoque que norteou as políticas públicas para a agricultura brasileira nas últimas décadas necessita da construção alternativa de uma agricultura sustentável, onde se concilie produção econômica e preservação dos recursos naturais. Transformando a preservação ambiental em um componente econômico, o Brasil só tende a ganhar: o país é campeão do mundo em produção de alimentos e pode torna-se campeão em preservação. O Brasil é o segundo País (na manutenção da cobertura nativa), o primeiro é a Rússia e o terceiro é o Canadá. O país detém cerca de 33% das florestas originais do mundo, enquanto a Europa, tem 0,3% de cobertura original, segundo a Confederação Nacional de Agricultura (2009).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É irrefutável a vocação brasileira para o desenvolvimento pautado no setor primário. A máxima, porém, não exclui a necessidade de investimentos em tecnologia para o desenvolvimento de novas competências, bem como para corroborar os setores já em pleno vigor. De forma que, no Brasil notorizam-se as potencialidades, porém, políticas e ações governamentais ainda mostram-se incipientes no intuito de fomentá-las.

No que tange ao agronegócio, o setor é naturalmente promissor, mas muito ainda há que ser feito na tentativa de se garantir condições cada vez mais paritárias de competitividade no âmbito mercadológico internacional. Assim, apesar das grandes vantagens competitivas identificadas no agronegócio brasileiro e deste constituir-se o setor chave para a inserção da economia no comércio mundial, o mesmo encontra muitos problemas e desafios a serem

superados que dependem, essencialmente, de investimentos tanto públicos como privados, bem como de mudanças nas políticas econômicas internas.

No tocante a Rodada de Doha, revela-se salutar a manutenção de uma postura rígida por parte da diplomacia brasileira e da ala ministerial nas negociações internacionais, na tentativa de se manter as prerrogativas de comércio justo já pactuadas preteritamente e o combate das práticas protecionistas desleais de forma a garantir mercado para os produtos em que o Brasil é notoriamente competitivo, como no caso do agronegócio.

Eis que diante do impasse e, por conseguinte, do fracasso de Doha, indubitável mostra-se a relevância da consolidação dos acordos regionais bilaterais já existentes, bem como a consecução de novos acordos tendo em vista os cenários pouco otimistas em relação às negociações multilaterais. Tais cenários denotam, para a economia internacional, um lastimável retrocesso, uma vez que montar um sistema internacional mais democrático, fundamentado na diplomacia multilateral é um imperativo do nosso tempo.

No que concerne a crise internacional de alimentos, eis um cenário de grande insegurança em todo o mundo, que também alude para uma discussão que não pode ser desfocada da realidade dos problemas, a discussão sobre a concentração de renda no mundo e a alta excessiva nos preços dos insumos devido ao mercado muito cartelizado. Essa alta, certamente, irá inibir um maior crescimento na produção de grãos nas próximas safras. Isso fará com que os preços se mantenham em níveis gradativamente elevados, fora do alcance das populações mais carentes que sofrem com a grande concentração de renda nas mãos de uma minoria de países desenvolvidos. Desta forma, mais grave do que o risco de faltar alimentos é o de não se ter renda para comprá-los.

Por outro lado, o aumento da demanda mundial por alimentos é uma grande possibilidade de elevação de renda dos países em desenvolvimento que possuem terras agricultáveis disponíveis, como é o caso do Brasil. Além disso, ao melhorar a situação da balança comercial desses países, propicia estímulos adicionais ao crescimento, compensando, pelo menos parcialmente, os efeitos negativos desse processo. No entanto, persiste o risco de que esses ganhos fiquem nas mãos de poucos devido à forma de produção, que é em larga escala e intensiva em recursos naturais.

Com o sistema alimentar cada vez mais globalizado, o que se consome nos países é definido, freqüentemente, em esferas que nada têm a ver com a alimentação, a exemplo nas Bolsas de Valores, onde as cotações afetam de acordo, entre outros aspectos, com a variação cambial. Esse tratamento dos alimentos apenas como mercadoria intensifica o risco de insegurança alimentar mundial, por esse motivo, é preciso um enfoque nos alimentos enquanto direito. Tais fatos exigem rápidas e profundas mudanças na geopolítica de todo o mundo. Nesse novo cenário, o Brasil pode assumir um papel de maior destaque, como um grande produtor e exportador de *commodities*, obtendo decisivos saltos do agronegócio rumo à internacionalização.

Eis que cabe ao Brasil, enquanto país emergente, detentor de grande parte de sua população concentrada em uma grande faixa de pobreza, atentar para a discussão da crise sobre o foco do risco de insegurança alimentar, bem como garantir maior sustentabilidade ao setor agro-exportador brasileiro através de políticas governamentais inclusivas, incentivos às cooperativas e aos pequenos produtores e, por fim, a reforma agrária, posto que a crise é também uma oportunidade para se desenvolver políticas e aproveitar o

cenário para alavancar as exportações nacionais, envolvendo todas as camadas sociais, garantindo concomitantemente uma distribuição de renda mais equânime e uma maior inserção do país mediante o cenário internacional.

O país apresenta maior destaque no que tange à promoção de medidas de impacto global que levem a agricultura a ter a prioridade que necessita. A solução de longo prazo para garantir a segurança alimentar e a estabilização dos preços internos passa por um conjunto de medidas estruturais. Enquanto potência agrícola, o Brasil tem papel fundamental no combate à crise no mundo, uma vez que contribui com a oferta de produtos a preços competitivos e sem a necessidade de subsídios. Além disso, o país é um celeiro de boas práticas de políticas agrícolas, que o tornaram relativamente imune a essa crise. Entre as principais, está o forte apoio à agricultura familiar, que garantiu uma produção de alimentos com qualidade para garantir a soberania e segurança alimentar do país.

Quanto à questão dos biocombustíveis, constata-se que o aumento do preço e da demanda por petróleo, aliado a mudanças climáticas, aumentarão as pressões para o desenvolvimento e exportação de produtor e serviços de energia renovável. E o Brasil apresenta reais condições para se tornar um dos maiores produtores desse tipo de combustível dada as condições de solo, clima favorável, além de terras disponíveis sem que afete a produção de *commodities* agrícolas. Eis que cabe ao país usufruir de modo sustentável de ambas as potencialidades, fazendo dos promissores setores de alimentos e dos biocombustíveis os pilares da economia brasileira.

No que se refere à questão ambiental, faz-se necessário uma evolução da legislação de modo que atente as necessidades de um país que com toda potencialidade agrícola, ainda tem milhares de pessoas passando fome. Deve-se procurar o aumento da produtividade aliado a utilização mais racional das áreas chamadas degradadas ou de baixa produtividade.

No que concerne à nova era financeira deflagrada pela crise internacional, é certo que imporá desafios ao comércio exterior brasileiro. Temos o preço das *commodities* mais baixo e a escassez do crédito, que tem fundamental importância para os exportadores de produtos primários no Brasil. Por isso, torna-se ainda mais fundamental uma política efetiva para o avanço da Nação em um contexto de competição global, o que inclui a manutenção da taxa de câmbio. Cabe aos produtores e exportadores minimizar o impacto causado pela redução no preço das *commodities*, aproveitando as oportunidades e momento de crise para se consolidarem no competitivo mercado externo.

As Oportunidades emergentes para o Brasil refletem diretamente em oportunidades, também, para o estado do Rio Grande do Norte, especificamente no que concerne a produtos agrícolas, destaques na pauta exportadora potiguar, que tem sua matriz econômica, tal como a brasileira, constituída especificamente por atividades do agronegócio. Sendo o estado majoritariamente exportador de produtos primários, com uma participação ínfima em manufaturados, é de imensurável relevância que se aproveite as oportunidades surgidas mediante a alta do dólar gerado pela crise financeira, e se apoiem em mecanismo locais que auxiliem na busca de alternativas a redução do crédito e a redução do preço de *commodities* agrícolas. O estado deve priorizar o segmento em que tem destaque e condições de produtividade sem, contudo, abrir mão de esforços em prol a uma conquista mais efetiva de representatividade na balança comercial brasileira e nos mercados estrangeiros.

Tanto para o Brasil como para o Rio Grande do Norte, o momento é de lutar pelo fim das barreiras ao comércio agrícola e também uma campanha mundial contra a fome. Falar em projeções em um momento de crise globalizada é uma tarefa desafiadora, mas acima de tudo muito oportuna para a formulação de políticas públicas para o agronegócio brasileiro. As tendências indicadas permitirão identificar trajetórias possíveis, bem como estruturar visões de futuro para o agronegócio no contexto mundial para que o país, bem como o estado do Rio Grande do Norte, continue crescendo e adentrando em novos mercados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANTUNES, Fernando. Para Lula, crise dos alimentos é "oportunidade extraordinária" para o país. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u428968.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2008.
2. ARANTES, Pedro. Escassez de alimentos é passageira? Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=23796>> Acesso em: 15 nov. 2008.
3. ARAÚJO, N. B.; WEDEKIN, I. ; PINAZZA, L. A. Complexo agroindustrial: o *agribusiness* brasileiro. São Paulo: Agroceres, 1990.
4. AVERBUG, André. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.
5. BOWERSOX, Donald J. ; CLOSS, T. Logística Empresarial: o processo de integração de cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.
6. BRASIL. Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br>>. Acesso em: 15 nov. 2008.
7. \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O Setor de agronegócio no Brasil. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2008.
8. \_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>>. Acesso em: 3 dez. 2008.
9. \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Negociações Internacionais. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/secex/negInternacionais/omc/rodDohas.php>>. Acesso em: 3 dez. 2008.
10. \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. 200 anos do comércio exterior brasileiro. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5&noticia=8219>>. Acesso em: 3 dez. 2008.
11. \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comercio Exterior. Indicadores Econômicos. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/indicadoreseconomicos.html>>. Acesso em: 28 out. 2008.
12. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crise Econômica e Reforma do Estado no

13. Brasil: para uma nova interpretação da América Latina. Tradução de Ricardo Ribeiro e Martha Jalkauska. São Paulo: Editora 34, 1996.
14. BRUM, Argemiro J. Desenvolvimento Econômico Brasileiro. São Paulo: Vozes, 2001.
15. CALDAS, R; AMARAL, C. Introdução à Globalização Noções Básicas de Economia, Marketing & Globalização. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1998.
16. CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. Economia Internacional. São Paulo: Saraiva, 2002.
17. CHURCHILL JR., G.A. Marketing research: methodological foundations. Chicago: The Dryden Press, 1987.
18. CLEMENTINO, M. L. M. Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70. Natal: UFRN-CCHLA, 1995.
19. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO, 2008, Genebra. Anais eletrônicos.... Disponível em: <[http://www.projetovinculos.org/pt\\_br/parceiros/unctad.html](http://www.projetovinculos.org/pt_br/parceiros/unctad.html)>. Acesso em: 8 dez 2008.
20. COMÉRCIO exterior. Informe BB. Brasília, ano 15, ed. 67, 2007.
21. DAVIS, J. H; GOLDBERG, R. A. A concept of agribusiness. Boston: Harvard University. 1957.
22. GOYOS JUNIOR, Durval de Noronha. A OMC e os tratados da Rodada Uruguai. São Paulo: Observador Legal, 1994.
23. ISTOÉ Brasil 500 anos: Atlas histórico. São Paulo: Três, v. 1-2, 1999.
24. INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte. Natal, 1997.
25. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores conjunturais. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 30 fev. 2009.
26. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE. Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte 2001. Natal, 2004.
27. INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2007.
28. KRUGMAN, Paul. Grains Gone Wild. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2008/04/07/opinion/07krugman.html?\\_r=1&oref=slogin](http://www.nytimes.com/2008/04/07/opinion/07krugman.html?_r=1&oref=slogin)> Acesso em: 15 nov. 2008.
29. KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional: Teoria e Política. São Paulo: Makron Books, 2000.
30. LACERDA Antônio C. O impacto da globalização na economia brasileira. São Paulo: Contexto, 1999.
31. LOPES, Mauro Rezende. Os limites de crescimento do agronegócio. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, v.61, n.4, 2007.
32. LOPEZ, José Manoel Cortiña. Os custos logísticos do Comércio Exterior Brasileiro. São Paulo: Aduaneiras, 2000

33. MALHOTRA, N.K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
34. MARKWALD, R.; RIBEIRO, F. Análise das exportações brasileiras sob a ótica das empresas, dos produtos e dos mercados. Revista Brasileira de Comércio Exterior, Rio de Janeiro: Funcex, n.85, 2005.
35. NEGRÃO, J. J. O. Para conhecer o neoliberalismo. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.
36. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. Food Outlook Global Market Analysis. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/011/ai474e/ai474e00.htm>>. Acesso em: 2 dez. 2008.
37. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Ministerial declaration. In: CONFERÊNCIA MINISTERIAL DE DOHA-2001, 4., 2001, Doha. Anais eletrônicos... Doha, 2001. Disponível em: <<http://www.wto.org>>. Acesso em: 18 dez. 2008.
38. PINAZZA, L.A.; WEDEKIN, I. (Orgs.) Agenda para a competitividade do agribusiness brasileiro. Rio de Janeiro: Agroceres, 1990.
39. PINHEIRO, M. A. As intervenções do Estado no Vale do Baixo-Açu no RN. Natal, RN: Mimeo, 1991.
40. PRAXEDES, Walter e PILETTI, Nelson. O Mercosul e a sociedade global. 8 ed. São Paulo: Ática, 1997.
41. REDE NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE O INVESTIMENTO. O Setor de Agronegócio no Brasil: Histórico e Evolução do Agronegócio Brasileiro. Disponível em: <<http://investimentos.desenvolvimento.gov.br/intern>>. Acesso em: 29 out. 2008.
42. RODRIGUES, Roberto. O céu é o limite para o agronegócio brasileiro. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, v.60, n.11, nov. 2006.
43. RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças do Rio Grande do Norte. Instituto de Desenvolvimento Econômico e do Meio Ambiente. Perfil do Estado do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2002.
44. SCHOMBERG, William; WADDINGTON, Richard. ANÁLISE- Quais as conseqüências do fracasso da Rodada de Doha? Disponível em: <http://br.ibtimes.com/articles/20060724/rodada-de-doha.htm>>. Acesso em: 2 dez. 2008.
45. SEIBEL, Felipe. O novo salto do agronegócio. Exame. Disponível em: <<http://www.portalexame.abril.com.br/berto/anuarioagrone>> Acesso em: 29 out.2008.
46. SEITENFUS, R. Manual das Organizações Internacionais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
47. SEITENFUS, R. Manual das organizações internacionais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
48. SIMONSEN, Roberto. História Econômica do Brasil, 6 ed. São Paulo: Nacional, 1969.

49. THORSTENSEN, Vera. OMC – Organização mundial do comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.
50. TSAKOK, Isabelle. Agricultural Price Policy: A Practitioner's Guide to Partial-Equilibrium Analysis. London: Cornell University Press, 1990.
51. VALLS, Lia. O que esperar das negociações comerciais. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, v.60, n.12, 2006.
52. VICENTINO, Cláudio ; DORIGO, Gianpaolo. História Geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2004.
53. VILARINHO, Maria Regina. Questões sanitárias e o agronegócio brasileiro. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/embrapa/>>. Acesso em: 29 fev. 2009.
54. VITTI, M. C .D. et al. Pesquisa Agropecuária Brasileira. Brasília: Agroceres, v.39, n.10, 2004.